

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA

MÔNICA HELOISA COUTINHO

**A CONTRIBUIÇÃO DO ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO
NA LEI DE THIRLWALL (1979)**

UBERLÂNDIA/MG
2017

MÔNICA HELOISA COUTINHO
Matrícula 11612ECO008

**A CONTRIBUIÇÃO DO ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO
NA LEI DE THIRLWALL (1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Jonas Costa da Silva

UBERLÂNDIA/MG
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C871c
2017 Coutinho, Mônica Heloisa, 1994-
 A contribuição do estruturalismo latino-americano na lei de
 Thirlwall (1979) / Mônica Heloisa Coutinho. - 2017.
 91 f. : il.

Orientador: Guilherme Jonas da Costa Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Economia.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.47>
Inclui bibliografia.

1. Economia - Teses. 2. Lei de Thirlwall - Teses. 3. Economia
keynesiana - Teoria - Teses. 4. Economia - História - Teses. I. Silva,
Guilherme Jonas da Costa. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330

Glória Aparecida – CRB-6/2047

MÔNICA HELOISA COUTINHO
Matrícula 11612ECO008

**A CONTRIBUIÇÃO DO ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO
NA LEI DE THIRLWALL (1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia.

Área de Concentração: Economia Aplicada

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Jonas Costa da Silva

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 09 de dezembro de 2017.

Prof. Dr. Guilherme Jonas Costa da Silva
(Orientador – IE/UFU)

Profa. Dra. Vanessa Petrelli Corrêa
(Examinadora – IE/UFU)

Prof. Dr. Fabrício José Missio
(Examinador – UFMG)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer meus pais, Jonas e Márcia, e à minha irmã, Raquel, pelo apoio, dedicação e paciência. Sem a estrutura familiar que tive durante os últimos dois anos seria impossível chegar onde cheguei. Vocês são, sem dúvida alguma, meu porto seguro e as pessoas mais importantes da minha vida.

Agraço meu namorado Frederico, que foi meu grande confidente, me deu os conselhos mais fracos e também ouviu cada uma de minhas crises sem reclamar, e quem nunca deixou de dar asas aos meus sonhos. Você me fez mais forte.

Agradeço aos meus amigos da vida toda: Luis, Fernanda Borges, Gilberto e Bianca por cada conselho e cada palavra de força. Agradeço também aos amigos que fiz durante estes dois anos e que pretendo levar comigo sempre: Bruna, Indiane, Eduardo, André e Igor. Os dias na UFU foram mais leves e divertidos com vocês. Agradeço também à turma do recreio da PwC, que me ajudou a me estabelecer em uma nova cidade e me acolheu tão bem.

Meus agradecimentos à Profa. Dra. Marisa Silva Amaral, grande amiga e conselheira que tive durante todos os meus anos de UFU. Por cada vez que te procurei procurando respostas e saí cheia de dúvidas. Você despertou meu interesse pela história econômica, muito obrigada.

Ao meu orientador Prof. Dr. Guilherme Jonas Costa da Silva, obrigada pela paciência e dedicação durante este tempo de pesquisa e aos professores Vanessa Petrelli Corrêa e Fabrício José Missio, examinadores deste trabalho, obrigada pela disponibilidade em participar desta banca.

Por fim, agradeço a FAPEMIG, pelo apoio financeiro sem o qual este trabalho não se concluiria.

O meu muito obrigada a todos vocês.

RESUMO

O estudo em questão insere-se na linha do desenvolvimento e da história do pensamento econômico e tem como tema principal a busca pelo entendimento das correntes de pensamento e dos principais autores que influenciaram o raciocínio desenvolvido pelo autor pós-keynesiano Antony P. Thirlwall. Para tanto, parte-se da concepção de que alguns conceitos utilizados pelo autor e pelos teóricos pós-keynesianos do crescimento de longo prazo carregariam semelhanças com as ideias da Comissão Econômica da América Latina e Caribe (CEPAL) desenvolvidas no período das décadas de 1950 e 1960. O objetivo está em analisar em que medida, os autores cepalinos, influenciaram o raciocínio desenvolvido pelo autor pós-keynesiano Antony P. Thirlwall. Para tanto, recuperar-se-ão as obras e contribuições clássicas dos principais autores da teoria estruturalista e da teoria pós-keynesiana. Assim, este trabalho busca testar a hipótese de que o pensamento cepalino influenciou, em alguma medida, a obra de Thirlwall, buscando demonstrar a partir da exposição das mesmas, sua compatibilidade. Será empregado o método hipotético dedutivo, através de uma cuidadosa revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVES: LEI DE THIRLWALL; MUDANÇA ESTRUTURAL; TEORIA ESTRUTURALISTA.

ABSTRACT

The study in question is in line with the development and history of economic thought and its main theme is the search for an understanding of the currents of thought and of the main authors that influenced the reasoning developed by the post-keynesian author Antony P. Thirlwall. To that end, it is based on the conception that some concepts used by the author and post-Keynesian theorists of long-term growth would bear similarities to the ideas of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) developed in the 1950s and 1960. The objective is to analyze the extent to which the authors of ECLAC have influenced the reasoning developed by the post-Keynesian author Antony P. Thirlwall. To do so, the classic works and contributions of the main authors of structuralist theory and post-Keynesian theory will be recovered. Thus, this paper seeks to test the hypothesis that ECLAC thought influenced, to some extent, the work of Thirlwall, seeking to demonstrate from the exposition of the same, its equivalence. The hypothetical deductive method will be used, through a careful bibliographical review.

KEY WORDS: STRUCTURAL CHANGE, THIRLWALL'S LAW; STRUCTURALIST THEORY.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Plano Geral do Pensamento de Prebisch.....	64
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. CEPAL e Pós-Keynesianos/Kaldorianos em uma perspectiva de Comércio Externo.....	74
---	----

SUMÁRIO

Palavras-chaves: Lei de Thirlwall; Mudança Estrutural; Teoria Estruturalista. ... 4
1. INTRODUÇÃO 9
CAPÍTULO 2. A CEPAL CLÁSSICA E O DESENVOLVIMENTO DAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS 12
2.1. Contexto Histórico e Surgimento da Cepal..... 12
2.2. Fundamentos do Estruturalismo na América Latina 14
2.2.1. O Método Histórico-Estruturalista e o Paradigma Centro-Periferia 14
2.2.2. A Inserção Internacional das Economias Periféricas 16
2.3. Industrialização Periférica e Protecionismo 17
2.3.1. A Tendência ao Desequilibrium Externo e a Disparidade entre as Elasticidades Renda da Demanda..... 18
2.3.2. Heterogeneidade Estrutural e Subemprego 21
2.4. A Teoria da Deterioração dos Termos de Troca 25
2.5. O Enfoque Estruturalista da Inflação 28
2.6. Uma Síntese da Contribuição Cepalina..... 33
CAPÍTULO 3. A LEI DE THIRLWALL E SEUS DESDOBRAMENTOS 34
3.1. A Revolução Keynesiana e os Pós-Keynesianos..... 36
3.1.1. O Surgimento da Teoria Keynesiana e seus Princípios 36
3.1.2. Destrinchando a Teoria Pós-Keynesiana 39
3.2. A Corrente Pós-Keynesiana/Kaldoriana..... 42
3.2.1. Kaldor: Crescimento e Desenvolvimento 42
3.2.2. As Leis de Kaldor 45
3.3. Harrod e o Multiplicador do Comércio..... 46
3.3.1. Sobre os Ganhos com o Comércio 46
3.3.2. As Vantagens do Comercio Exterior 49
3.3.3. A Divisão Internacional do Trabalho e seu Mecanismo de Funcionamento 51
3.3.4. O Multiplicador do Comércio de Harrod (1933) 53
3.4. A Lei de Thirlwall e os Modelos de Restrição no Balanço de Pagamentos 55
3.4.1. A Lei de Thirlwall (1979) e suas Evoluções 55
3.4.3. Para onde caminham estes modelos 60
3.5. Uma Síntese da Contribuição Pós-Keynesiana/Kaldoriana 62
CAPÍTULO 4. A influência da CEPAL na vertente Pós-Keynesiana/Kaldoriana 63
4.1. Contextualização e Afinidades 63
4.1.1. As Questões Norteadoras do Pensamento de Prebisch 64
4.1.2. Questões Norteadoras do Pensamento de Thirlwall 68
4.2. Estabelecendo o Paralelo: Prebisch x Thirlwall..... 70
4.3. A Mudança Estrutural e a Dependência Tecnológica..... 78
5. CONCLUSÃO..... 84
REFERÊNCIAS 87

1. INTRODUÇÃO

O debate em torno do comércio e crescimento econômico é um dos mais antigos dentro das ciências econômicas e vem desde os clássicos da teoria econômica, passando pelos trabalhos inaugurais de Adam Smith e Ricardo com as teorias das vantagens absolutas e comparativas de comércio. Já a teoria sobre crescimento econômico propriamente dita, tem início com os modelos de crescimento exógeno de tradição keynesiana de Harrod (1939) e Domar (1946) que buscaram construir os chamados princípios dinâmicos fundamentais na análise de crescimento à longo prazo com o intuito de demonstrar a instabilidade inerente a trajetória de crescimento das economias capitalistas. A pergunta que guiou Harrod era a de que, poderia uma economia capitalista crescer de forma contínua a uma taxa constante? Estes trabalhos procuraram demonstrar as condições que levariam ao estado estacionário, sendo que concluem que este seria um equilíbrio improvável devido à instabilidade do sistema capitalista.

O economista pós-keynesiano Nicholas Kaldor, cuja interpretação acerca da distribuição de renda das economias tornou-se uma das mais conhecidas, posicionava-se de forma crítica aos modelos neoclássicos de crescimento, uma vez que acreditava na relevância do papel da demanda no crescimento de longo prazo. Kaldor construiu as bases de uma nova forma de estudar o crescimento econômico e a dinâmica capitalista do pós-guerra. Sua contribuição de 1966 (KALDOR, 1966), admitia o setor industrial como centro dinâmico da economia, em função do protagonismo da demanda para análise do crescimento e dos ganhos de escala oriundos de mudanças técnicas. Já, Passinetti, pós-keynesiano e discípulo de Kaldor, tornou-se uma das principais referências no trabalho acerca da mudança estrutural. Sua abordagem *Structural Economic Dynamics* (SED) mostra que mudanças na estrutura de produção dos países modificam suas taxas de crescimento, estabelecendo uma relação entre a estrutura produtiva e crescimento econômico. (GOUVEIA; LIMA, 2013)

Ressalta-se também a importância da contribuição de Kalecki, que traz o *markup* como um importante determinante da distribuição funcional da renda, sendo que a partir das variações no grau de utilização da capacidade produtiva, poupança e investimento se ajustariam, e assim o aumento da participação dos salários na renda levaria a um maior crescimento da economia. O autor também considerava as economias capitalistas dinamicamente instáveis. (LEMOS; OREIRO, 2006)

Os modelos evolucionários neoschumpeterianos também fazem parte da bibliografia que trabalha o crescimento econômico e o padrão de especialização das economias. Estes trabalhos têm como fio condutor o entendimento de que o progresso tecnológico é central para o desenvolvimento capitalista, e consideram condições de concorrência imperfeita, incluindo-as em suas análises. (SCHUMPETER, 1934) De acordo com Fagerberg (1988) os estudos acerca das razões entre as diferentes taxas de crescimento das economias deixavam de lado a análise da inovação. Sendo assim, o autor faz uso dos fundamentos da teoria keynesiana do crescimento e inclui a competitividade tecnológica em seu modelo, que passa a representar o lado da oferta. Partindo da hipótese de crescimento com equilíbrio no balanço de pagamentos colocada por Thirlwall (1979), em conjunto com o *market share* das exportações e importações, o trabalho de Fagerberg demonstra que o crescimento econômico de longo prazo é resultante também da capacidade de inovação da economia e da capacidade de imitação por aqueles que não estão à frente na trajetória do progresso tecnológico.

Por fim, trabalho desenvolvido por Antony P. Thirlwall (1979) avançou no debate, apresentando algumas contribuições fundamentais para a superação dos problemas estruturais enfrentados pelas economias subdesenvolvidas. A mudança estrutural - tema central para o estudo do desenvolvimento econômico - é um aspecto de destaque do trabalho, que mostra como varia a composição do produto da economia em termos setoriais, bem como esta se relaciona com o progresso tecnológico.

Dessa forma, o estudo em questão insere-se na linha do desenvolvimento e da história econômica e tem como tema principal a busca pelo entendimento das correntes de pensamento e dos principais autores que influenciaram o raciocínio desenvolvido pelo autor pós-keynesiano Antony P. Thirlwall. Para tanto, parte-se da concepção de que alguns conceitos utilizados pelo autor e pelos teóricos pós-keynesianos do crescimento de longo prazo carregariam semelhanças com as ideias da Comissão Econômica da América Latina e Caribe (CEPAL) desenvolvidas no período das décadas de 1950 e 1960. Destaca-se que: a extensão da teoria cepalina vai muito além da discussão do crescimento com restrição externa, e que não é a intenção deste trabalho que se entenda que esta é a única dimensão de sua contribuição, como ficará claro no capítulo 2. Assim, este trabalho busca testar a hipótese de que o pensamento cepalino influenciou, em alguma medida, a contribuição de Thirlwall, buscando demonstrar a partir da exposição das mesmas, sua compatibilidade em relação ao tratamento das elasticidades e ao que estas representam.

Neste trabalho, pretende-se demonstrar a relevância e o alcance do Estruturalismo Latino Americano. Nos últimos anos, a CEPAL perdeu força no debate, mas suas contribuições para a política econômica e para o avanço da teoria econômica ainda possuem um alcance considerável. Do exposto, o problema central do estudo é avaliar quais correntes de pensamento influenciaram Thirlwall e em que medida pode-se dizer que Estruturalismo Latino Americano foi protagonista na elaboração da teoria de Antony P. Thirlwall.

A hipótese do trabalho é a de que as duas teorias são compatíveis e que é possível que a teoria estruturalista tenha tido um papel central na obra de Thirlwall, em especial, no que diz respeito ao tratamento da mudança estrutural, abordada pelo autor por meio da razão entre a taxa de crescimento das exportações e a elasticidade-renda da demanda por importações. Assim, o propósito deste trabalho será o de avaliar, a partir das análises dos textos de origem cepalina e das referências do próprio Thirlwall, se esta lei teve origem nas obras do estruturalismo latino americano.

Para entender os efeitos da mudança estrutural, deve-se demonstrar como se articulam as teorias cepalina e pós-keynesiana, com o intuito de verificar até que ponto a teoria estruturalista contribuiu para a evolução da teoria pós-keynesiana/kaldoriana da qual Thirlwall faz parte. Assim, acredita-se que o mérito do trabalho está em buscar analisar a relevância de uma corrente de pensamento, considerada original, que nasce na América Latina e que, apesar de perder importância nos últimos anos, mantém-se viva e fundamentando debates atuais, como este da teoria do crescimento conduzido pelas exportações. Ademais, a constatação da influência da teoria cepalina sobre a contribuição de Thirlwall, evidencia a percepção de que a corrente pós-keynesiana teria se beneficiado de contribuições externas ao seu círculo de colaboradores. Por fim, outro ponto de destaque deste trabalho é a ênfase na temática da mudança estrutural. Ambas as visões entendem que a estrutura produtiva e o perfil do crescimento econômico importam, e afetam a dinâmica do desenvolvimento econômico.

Assim, para atingir os objetivos propostos e avaliar a hipótese do trabalho, além desta introdução, esta dissertação está estruturada da seguinte forma: no capítulo seguinte, é apresentado o contexto do surgimento da Comissão Econômica para a América Latina, doravante, CEPAL, e as discussões desta sobre o estruturalismo latino americano e seus

desdobramentos. No terceiro capítulo, a atenção volta-se para a teoria pós-keynesiana e o conjunto de contribuições que culminaram na Lei de Thirlwall. O capítulo quatro é responsável, por estabelecer o paralelo entre as duas correntes e comentar alguns aspectos relacionados à dependência tecnológica na periferia. Finalmente, na última seção, as considerações finais.

CAPÍTULO 2. A CEPAL CLÁSSICA E O DESENVOLVIMENTO DAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma análise da CEPAL em relação ao papel da mudança estrutural, já que esta abordagem será posteriormente confrontada com a pós-keynesiana, com o intuito de aproximar suas contribuições. O capítulo também busca demonstrar a importância do surgimento da CEPAL tanto para a economia política do desenvolvimento quanto para que a América Latina tomasse consciência de seus principais problemas estruturais. A partir do método histórico-estrutural e da teoria do subdesenvolvimento periférico, a CEPAL analisa as especificidades da realidade socioeconômica dos países subdesenvolvidos, propondo um conjunto de políticas que tinham como objetivo a superação do atraso mediante o processo de industrialização.

Portanto, nas páginas que seguem, serão apresentados o contexto histórico do surgimento da Comissão, o método histórico-estruturalista e o esquema centro-periferia – elementos centrais para a discussão cepalina. Além disso, serão discutidos os enfoques dados pela CEPAL às questões da inserção internacional das economias periféricas, às especificidades da industrialização periférica - onde é esquematizada a diferença entre as elasticidades e explorada a questão da mudança estrutural -, a tendência secular à deterioração dos termos de troca e o enfoque estruturalista da inflação, que são as principais teses destrinchadas pela CEPAL nas décadas de 1950 e 1960, que é quando a tendência ao desequilíbrio externo e a disparidade entre as elasticidades renda das exportações e importações passam a ser estudadas por Raul Prebisch.

2.1. Contexto Histórico e Surgimento da Cepal

A CEPAL foi criada num momento crítico da economia internacional (final dos anos 1940, início dos 1950), no qual emergiam debates acerca do desenvolvimento dos países. O debate sobre este tema era o difundido pela escola clássica, que listava as etapas

pelas quais as sociedades deveriam passar para se desenvolverem. Por outro lado, a escola keynesiana de pensamento também ganhava notoriedade neste período, assentando as bases do que viria a ser a Teoria do Crescimento Econômico. Desta maneira, no que diz respeito às economias da América Latina, uma vez que inseridas na lógica internacional como periféricas, e diante das restrições ao crescimento que esta condição as submetiam, era imperativo que fossem pensadas alternativas teóricas que contemplassem as particularidades da região e dos processos históricos pelos quais esta passou

A análise cepalina buscava evidências concretas das relações econômicas latino-americanas e a partir disso criou uma espécie de identidade econômica da região. Não seria possível captar as especificidades de cada país individualmente, no entanto, a Comissão foi capaz de criar um referencial comum latino-americano que pode ser considerado o primeiro passo rumo a um conjunto de contribuições coerentes que tivessem como objeto de estudo a região em questão.

Os elementos que compunham o pensamento da CEPAL no período estavam relacionados à industrialização das economias latino-americanas, à deterioração dos termos de intercâmbio e aos desequilíbrios estruturais percebidos na balança de pagamentos, além de preocupações com a questão da integração regional. Dentro disso, a instituição identificava algumas condições às quais estes países estavam sujeitos, tais como a tendência à inflação estrutural e ao desemprego, as consequências causadas pela especialização e pela heterogeneidade estrutural e também as decorrentes do processo de substituição de importações. Sobre as abordagens que a Comissão oferece em relação a estes diversos aspectos do desenvolvimento econômico, é importante ressaltar que a análise das elasticidades é apenas um, dentre os vários, prismas sobre os quais os autores cepalinos se debruçaram.

Dentro do quadro cepalino o desenvolvimento é entendido como o aumento contínuo e sustentado do produto e da dotação de capital por trabalhador, refletidos pelo aumento correspondente do bem-estar material da sociedade. O processo de desenvolvimento nas estruturas periféricas é promovido pelo progresso técnico e deve vir associado a alterações na estrutura produtiva e nas características da demanda destas economias. (FURTADO, 1961; RODRIGUEZ, 2009)

Durante as décadas de 1950 e 1960, a instituição contava com a colaboração de teóricos que debatiam o tema do desenvolvimento das economias da América Latina

como Raúl Prebisch, Aníbal Pinto e Celso Furtado (difusor do pensamento estruturalista no Brasil). Estes autores estavam inseridos no debate sobre a industrialização destes países. Prebisch, em seu texto de 1949¹, foi quem instigou o pensamento dos intelectuais da época, voltando seus esforços para a construção de uma análise da mudança do caráter das economias latino-americanas de primário-exportador para urbano-industrial. (BIELSCHOWSKY, 2000b, p. 18)

Alguns textos do autor são tidos como inaugurais e fundadores da teoria estruturalista. Os ensaios²: “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”³ de 1949, “Crescimento, desequilíbrio e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico” de 1950 e “Problemas teóricos e práticos do desenvolvimento econômico” de 1951 tem como tema o subdesenvolvimento latino-americano e trabalham elementos centrais do que se conhece como pensamento cepalino. (BIELSCHOWSKY, 2011)

2.2. Fundamentos do Estruturalismo na América Latina

2.2.1. O Método Histórico-Estruturalista e o Paradigma Centro-Periferia

A CEPAL enfatizava as estruturas altamente diferenciadas e os distintos processos históricos que marcavam o desenvolvimento latino-americano. De maneira resumida, afirmava que a condição de subdesenvolvimento destas economias encontrava sua explicação na herança socioeconômica de atraso, acentuada com o desenvolvimento do setor industrial que convivia com setor agrícola atrasado e de produtividade inferior. Dessa forma, a partir da premissa da heterogeneidade estrutural e da incapacidade destas sociedades avançarem de maneira autônoma, caberia ao Estado a responsabilidade de induzir as transformações estruturais que visavam alcançar um aumento do bem-estar material da população, como contrapartida do aumento da produtividade destes trabalhadores e de seus setores de origem. (CANO, 1989, p. 63)

O método histórico-estruturalista leva em consideração as características concretas das situações analisadas, incluindo seus antecedentes históricos, ao invés de

¹ “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, escrito em 1949 como introdução ao “Estudo Econômico da América Latina” (1949).

² Ricardo Bielschowsky chama de “trilogia que funda a teoria estruturalista” no prefácio ao livro “Raul Prebisch - o manifesto latino-americano e outros ensaios”. (BIELSCHOWSKY, 2011)

³ O texto foi chamado de Manifesto latino-americano por Albert Hirschmann.

partir de um conjunto de postulados gerais e abstratos, que se aplicam a todo e qualquer caso e se distanciam cada vez mais da realidade. Tem como alicerce os trabalhos de Prebisch, e explica o atraso e os obstáculos ao desenvolvimento na região por meio dos incipientes processos de industrialização das economias latino-americanas, sendo fruto da interação entre o método histórico e indutivo e a teoria estruturalista do subdesenvolvimento latino-americano. Para o autor, a expansão da atividade industrial viabilizaria um processo de mudança estrutural que asseguraria a transferência dos trabalhadores para os ramos mais produtivos da economia. (RODRIGUEZ, 2009)

De acordo com Bielshowsky (2000b):

(...) o enfoque histórico-estruturalista cepalino abriga um método de produção dos agentes sociais e da trajetória das instituições, que tem maior proximidade a um movimento indutivo do /que os enfoques abstrato-dedutivos tradicionais. (BIELSCHOWSKY , 2000b, p. 21)

Outra inovação da análise cepalina, é que diferente das demais teorias do desenvolvimento, os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, para a Comissão, são vistos como um só, e a relação centro-periferia é um componente único do sistema econômico mundial. A visão de mundo nesta corrente é, dessa forma, holística e histórica uma vez que enxerga o desenvolvimento capitalista como um sistema econômico global organizado hierarquicamente.

A visão de Prebisch e da CEPAL sobre o desenvolvimento latino-americano possuía um caráter não reducionista e passava pela observação do desenvolvimento das forças produtivas nesses países, que estavam inseridos na periferia de um sistema econômico mundial dividido entre “centros” e “periferias”. Desta forma, os desdobramentos observados no centro do sistema não teriam os mesmos resultados caso fossem aplicados numa economia periférica, em função das suas características e de seu modo específico de ser. A periferia é marcada pelas noções de heterogeneidade e especialização, ao passo que o centro é marcado pela homogeneidade e diversificação. (RODRIGUEZ, 2009, p. 83 - 84)

A noção de que a análise da Comissão considera que o estudo da economia faz parte do estudo de uma ciência social, envolve a ideia que as relações entre os indivíduos influenciam o que se tem como “verdades universais” a todo momento. O tempo histórico e a ação política também são traços que dão suporte à esta vertente. O primeiro afeta o comportamento dos agentes tomadores de decisões e o segundo culmina na importância

da ação do Estado, que impacta diretamente o meio institucional e a direção das políticas exercidas.

O sistema centro-periferia, de acordo com Rodriguez, busca elucidar quais características assume o processo de acumulação de capital e propagação do progresso técnico no âmbito de um sistema composto por economias centrais e periféricas, diferente das abordagens convencionais do crescimento econômico nas quais uma economia modelo é analisada de maneira individual. Ademais, a partir da disseminação do progresso técnico que centros e periferias se constituíram historicamente, sendo que nas economias centrais o progresso se propaga de maneira a alastrar-se rapidamente pelo sistema de maneira igual. Já nas economias periféricas o progresso instala-se primeiramente nos setores exportadores de primários, fase conhecida como de “desenvolvimento para fora”. Dessa forma, na periferia os setores atrasados nos quais as novas técnicas não chegam a coexistir com o setor exportador moderno (RODRIGUEZ, 2009, p. 80- 81).

A partir do processo descrito acima que se apresentam duas das principais características das economias periféricas: a especialização e a heterogeneidade estruturais. O caráter especializado da periferia se expressa por meio dos desdobramentos do “desenvolvimento para fora”, já que os recursos são destinados à modernização do setor exportador ao passo que a demanda interna é suprida basicamente com importações. A heterogeneidade estrutural, por sua vez, aparece na medida em que um setor de produtividade elevada tal como o exportador passa a coexistir com outras estruturas atrasadas como é o resto da economia periférica.

2.2.2. A Inserção Internacional das Economias Periféricas

Uma contribuição importante apresentada pela CEPAL diz respeito a divisão internacional do trabalho, que, como aponta Prebisch, deixava a periferia latino-americana responsável pela produção dos alimentos e matérias-primas que se dirigiam aos centros. Neste sentido, o que a CEPAL faz é contestar o princípio ricardiano das vantagens comparativas, que tinha como elemento central a crença de que os frutos do progresso técnico seriam distribuídos igualmente entre as nações por meio da queda dos preços dos bens que houvessem incorporado novas tecnologias a seu processo de produção, assim, se um país cuja vantagem comparativa fosse evidente no setor primário

tentasse se industrializar, acabaria falhando, uma vez que desempenharia tal atividade de maneira ineficiente.

De acordo com este raciocínio, os benefícios da divisão internacional do trabalho viriam na medida em que o progresso técnico se propagasse e seus frutos fossem distribuídos, inclusive na periferia, onde não haveria necessidade de industrialização. Como se observa na América Latina, os resultados obtidos com o progresso técnico na periferia não se comparam aos observados nos centros, sendo assim, a premissa que sustenta o esquema de divisão internacional do trabalho é anulada e o processo de industrialização surge como alternativa de acesso da periferia aos benefícios do progresso técnico (PREBISCH, 1949, p. 71 -72).

Note que, o objetivo do autor não é dizer que a industrialização latino-americana não deveria ocorrer junto ao desenvolvimento da atividade primária, nem tampouco que uma atividade (indústria) seria contrária à outra (atividade primária). A condição para que a industrialização seja bem-sucedida em seu aspecto social, é que se detenha os melhores equipamentos, assim como o é na atividade primária. A importação de bens de capital faz-se necessária, assim como a exportação de produtos primários, que a viabiliza. O comércio exterior deve ser estimulado de maneira a elevar as possibilidades de aumento da produtividade do trabalho e formação de capital. (PREBISCH, 1949, p. 73)

A crítica feita por Prebisch não tem como alvo a teoria clássica, mas o sistema de divisão internacional do trabalho, que concentra a renda nos centros industrializados. Além disso, por meio da teoria da deterioração dos termos de troca torna-se possível invalidar a premissa ricardiana e afirmar exatamente o oposto, que as regiões atrasadas transferem seus ganhos de produtividade para as desenvolvidas. Este entendimento estava intimamente relacionado à problemática central da Comissão, qual seja, o problema da inserção periférica dos países latino-americanos.

2.3. Industrialização Periférica e Protecionismo

Nota-se ainda que, outro elemento central da CEPAL consiste na análise das transformações pelas quais as economias periféricas passaram, ao sair de um modelo primário-exportador de “desenvolvimento para fora” em direção a um novo padrão de “desenvolvimento para dentro”. A alteração na dinâmica do crescimento periférico teria tido início a partir da Primeira Guerra Mundial e ganhado força após a crise de 1929, com

a queda das exportações dos países subdesenvolvidos e o aquecimento da economia interna da periferia. Com o esgotamento do processo de “desenvolvimento para fora” a industrialização latino-americana é impulsionada de maneira espontânea e dinamizada pelos desequilíbrios no balanço de pagamentos (BIELSCHOWSKY, 2000b). Esta transição da economia marcava a entrada da América Latina “(...) numa nova fase do processo de propagação mundial da técnica (...)” (CEPAL, 1951, p.140).

Esta nova fase de “desenvolvimento para dentro” é caracterizada pelo processo de substituição de importações, que passa a ser a única opção destas economias se industrializarem. Atrelada ao processo de alteração da composição das importações está a tendência ao desequilíbrio externo e ao subemprego estrutural, assim como os desequilíbrios que acabam atingindo o setor primário. Para explicar estes movimentos inerentes ao processo de industrialização periférica faz-se uso da teoria do ajuste estrutural via balanço de pagamentos e da teoria do subemprego estrutural.

2.3.1. A Tendência ao Desequilíbrio Externo e a Disparidade entre as Elasticidades Renda da Demanda

A tendência ao desequilíbrio externo, constatada pela Comissão, tem sua explicação na proposição de que a industrialização como forma de crescimento imposta pelo progresso técnico, e formadora da própria periferia e de que o progresso técnico seria o causador da tendência ao desequilíbrio – que seria, por sua vez, gerador das transformações causadas pelo próprio progresso técnico. Estas transformações dizem respeito a mudanças na demanda por importações dos países e na forma de cada um de produzir. (PREBISCH, 1973, p. 21)

Nos centros a renda aumenta em proporção maior do que a demanda por importações, uma vez que os insumos são melhor utilizados com o advento do progresso técnico, assim reduz-se a participações dos insumos na produção final e a demanda dos centros pelos produtos da periferia. Dessa forma, se o crescimento periférico depender exclusivamente das exportações de produtos primários para os centros, seu crescimento tenderá a declinar de maneira significativa, daí a necessidade da industrialização periférica. Na periferia, conforme o processo de industrialização avança a demanda por produtos manufaturados cresce mais do que a por produtos primários. Sendo assim, os centros importam da periferia produtos primários de elasticidade renda da demanda inferior à dos artigos industriais que a periferia importa do centro. A demanda pelos bens

intermediários e de capital que a periferia precisa para dar continuidade ao processo de industrialização cresce mais do que sua renda (PREBISCH, 1973, p. 21-25; RODRIGUEZ, 2009, p. 100).

A explicação para tal fenômeno está no fato de que a elasticidade renda da demanda pelas importações primárias dos centros é menor do que a unidade (mais inelástica); e a elasticidade renda da demanda por importações da periferia é maior que a unidade (mais elástica). Isto ocorre devido ao caráter especializado da produção periférica, inicialmente exportam-se apenas produtos de primários e com o avançar da industrialização a demanda por produtos manufaturados se eleva criando um maior dinamismo e tendendo a crescer mais do que a renda na periferia. Pode-se observar esse movimento com clareza a partir da expressão:

$$y = (\varepsilon \cdot y^*)/\pi \quad (2.1)$$

onde: ε é a elasticidade-renda das exportações da periferia; π , a de suas importações; y^* , a taxa de crescimento da sua renda; w , a taxa de crescimento correspondente à renda dos centros.

Supondo que $\varepsilon < \pi$, a periferia crescerá menos que o centro conforme a disparidade aumente, ou seja, é imposto um limite ao crescimento periférico, que caso desconsiderado acarretará em déficits comerciais que impediriam a ampliação da economia. Este movimento pode ser evitado por meio da alteração da composição setorial da economia e da maior complementaridade intersetorial e integração vertical da produção dessa economia, isto é, a mudança estrutural. (RODRIGUEZ, 2009, p. 101).

Percebe-se a necessidade de se incentivar a elaboração da produção industrial interna, assim como impedir que se importe bens industriais, para que a demanda interna por importações seja atendida pela produção industrial substitutiva. Este processo de substituição de importações deve ser acompanhado pela alteração da composição setorial destas, ou seja, seria preciso que se reduzisse os bens de fácil elaboração para que se expandisse itens como bens de consumo intermediário e maquinário. Esta é a alternativa desenhada por este referencial teórico para que as economias periféricas se industrializem e para que se combatá a tendência ao desequilíbrio externo.

Note que o ritmo do crescimento da atividade interna deverá se expandir fazendo com que os graus de complementaridade intersetorial e integração vertical alcançados, somados à mudança na composição das importações limitem o crescimento das importações globais ao ritmo em que crescem as exportações. O caráter estruturalista desta abordagem é ratificado nesta conclusão, e se traduz num padrão adequado de transformação da estrutura produtiva periférica nas proporções ideais de acordo com cada setor, que pode ser entendido como uma tentativa de amenizar o grau da especialização periférica. (RODRIGUEZ, 2009, p. 103)

A industrialização periférica tem início na condição de economia primário-exportadora, o que impossibilita que o processo de substituição de importações ocorra de maneira simultânea entre os setores, já que, este ocorre inicialmente nos produtos de elaboração mais simples, gerando uma demanda crescente por importações de bens de produção que, por sua vez, é limitada pelo baixo crescimento das exportações. Com isso, verifica-se que as transformações na estrutura produtiva e a alteração da composição setorial periféricas não acontecem nos ritmos e proporções adequados, o que culmina em uma grande dificuldade de superação da especialização estrutural.

A tendência ao desequilíbrio externo é uma particularidade própria da industrialização periférica que se manifesta na disparidade entre as elasticidades. De acordo com Prebisch: “(...) é indispensável ir transformando a composição das importações e desenvolvendo a produção substitutiva interna a fim de que outras importações possam crescer intensamente” (Prebisch, 1973, p. 33). O desequilíbrio tem origem no descompasso entre as necessidades de importação e na capacidade da economia de atendê-las, e se intensifica de acordo com os períodos de abundância e escassez de divisas sendo resultado das oscilações do valor das exportações e da capacidade para importar, que em alguns momentos pode viabilizar o processo de industrialização, assegurando a adoção de medidas protecionistas e em outros exigir um esforço árduo de substituição de importações.

A expressão 2.1 é crucial para esta dissertação, pois equivale à Lei de Thirlwall – a ser apresentada no capítulo 3 - e carrega consigo o significado implícito da mudança estrutural. Neste sentido que o trabalho busca estabelecer uma ligação entre a contribuição de Prebisch e a corrente pós-keynesiana/kaldoriana; por meio da análise feita a partir da disparidade entre as elasticidade-renda das exportações e importações, o que viria a ser um elemento central do trabalho de Thirlwall .

2.3.2. Heterogeneidade Estrutural e Subemprego

O texto de Aníbal Pinto, “Natureza e Implicações da ‘Heterogeneidade Estrutural’ da América Latina”, publicado em 1970, atentou-se para a análise da especialização e a heterogeneidade estrutural como características distintivas do subdesenvolvimento latino-americano, a partir das quais a história da região poderia ser explicada. Logo no início, o texto anuncia seu propósito de apresentar as “implicações da referida heterogeneidade para a dinâmica do desenvolvimento latino-americano” (PINTO, 1970, p. 559).

Neste trabalho, Aníbal Pinto, transporta para a realidade de alguns países, as análises de Prebisch acerca da distribuição dos frutos do progresso técnico, dando ênfase às suas diferenças em relação a teoria dualista, as dimensões social, setorial e regional e destacando as especificidades históricas e a tendência a especialização e a desigualdade inerentes à industrialização periférica latino-americana. A heterogeneidade presente nas estruturas periféricas é manifestação de existirem, simultaneamente, atividades de alta produtividade do trabalho (dentro do permitido pelas técnicas que estão à disposição da periferia), assim como atividades de baixa produtividade, significativamente inferiores em relação às primeiras, e subemprego é o nome dado ao emprego nas atividades cuja produtividade é medíocre. (PINTO, 1970; RODRIGUEZ, 2009)

Nas estruturas periféricas, diferentemente dos centros, nos quais a parcela de indivíduos subempregados é insignificante, surge uma série de problemas ocupacionais devido ao fato de grande parte da população estar situada no grupo da baixa produtividade, sendo que assim constitui-se o subemprego estrutural, característico da periferia. A existência de um grande número de pessoas subempregadas no início do processo da industrialização latino-americana em conjunto com o ritmo da acumulação de capital e o nível das condições tecnológicas destas economias são alguns dos elementos que explicam a resistência do subemprego estrutural. (RODRIGUEZ, 2009; PREBISCH, 1973)

O fato de o desenvolvimento da técnica no centro ter um caráter de substituição de mão-de-obra por capital acabava por gerar um movimento de desocupação de postos de trabalhos, mas, estes, em contrapartida eram substituídos por novos postos, alocados nas atividades relacionadas aos novos processos produtivos. A partir disso, quando os salários fossem afetados pelas alterações no nível da acumulação de capital, a

tendência destes a subir provocaria inovações de alta densidade de capital, o que possibilitaria novos aumentos salariais e a disseminação de seus efeitos para os demais ramos da economia que passariam a adotar as novas técnicas, e que acabariam por homogeneizar a densidade de capital na atividade produtiva central como um todo. Além disso, com o aumento da produtividade do trabalho e dos salários em função do aumento da densidade de capital, percebe-se também uma elevação na produtividade do próprio capital, o que viabiliza a continuidade da expansão da acumulação. (RODRIGUEZ, 2009)

Do exposto, a contrapartida na periferia, traduz-se em baixos níveis de produtividade e renda médios e em uma acumulação de capital incapaz de absorver toda a mão-de-obra que tem origem no alto crescimento da população economicamente ativa decorrente dos investimentos de alta densidade de capital e da realocação da parcela instalada nos ramos mais improdutivos em novos postos de produtividade superior.

A visão da experiência dos centros estava na memória dos defensores da industrialização na América Latina, que com algumas ressalvas, acreditavam que o novo “pólo” firmado ao redor da indústria e direcionado para o desenvolvimento interno teria condições de, em determinado grau, proporcionar uma missão “homogeneizadora” ao estilo central. Esta perspectiva foi vista como palpável nos momentos iniciais do processo de industrialização por substituição de importações. No entanto, como aponta Pinto, este “otimismo se apagou ou desapareceu” (PINTO, 1970, p. 574) devido a alguns aspectos como o ritmo do desenvolvimento industrial que foi se mitigando e encontrava-se longe de tornar-se “auto-sustentado”, a dependência do exterior que teve apenas sua forma alterada mas persistia no aspecto do endividamento e da dependência tecnológica, a “concentração dos frutos do progresso técnico” que causavam a marginalização de parte da população, e, por fim, o entendimento que se adquiria de que a heterogeneidade não se retificaria com o esforço da industrialização, pelo contrário, se acentuaria.

Assim, quando o setor industrial é de tamanho reduzido, seu crescimento pode ser insuficiente para absorver a mão-de-obra disponível para este setor e também para a parcela do setor de baixa produtividade que se encontra desocupada, ou seja, a absorção do subemprego será mais difícil conforme o grau de heterogeneidade da economia. Este é um fator fundamental para que se entenda a persistência do subemprego estrutural na fase da industrialização dos países periféricos. (RODRIGUEZ, 2009)

A persistência do subemprego pode ser explicada pela baixa capacidade de poupança observada nas economias latino-americanas, que é reflexo dos baixos níveis de produtividade e renda médios. A inadequação da tecnologia empregada no setor industrial periférico é também um fator relevante na análise da persistência do subemprego. Esta, por vezes, é superior a dimensão do mercado periférico, tornando a capacidade instalada subutilizada e o nível de produtividade do fator reduzido. Com isso, o fator mão-de-obra vai sendo substituído pelo capital, nas novas atividades, e a diferença entre os postos de trabalhos destruídos e criados será maior conforme a densidade do capital empregado na atividade em questão. (RODRIGUEZ, 2009, p. 110-111)

O setor agrícola, por sua vez, concentra uma grande proporção de subemprego estrutural. Neste setor a mecanização das tarefas faz com que se acentuem os efeitos sobre o emprego nas atividades preexistentes. A alteração na forma de utilização das terras em decorrência das novas técnicas e das atividades empresariais que passam a estar presentes no campo, tendem a expulsar a mão-de-obra subempregada destas terras. Essa mão-de-obra expulsa do campo é em parte incorporada ao subemprego urbano, sendo que se reduz o mesmo no campo e este é recriado em outras atividades. (RODRIGUEZ, 2009, p. 112-113)

Furtado foi outro autor cepalino que escreveu sobre a heterogeneidade estrutural e seus desencadeamentos. Em seu livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de 1961, o autor busca explicar sua visão sobre o processo de desenvolvimento das economias subdesenvolvidas, analisando como estas surgiram, por quais evoluções passaram e como se dava a dinâmica nessas economias no período em questão.

A partir de uma perspectiva histórica, Furtado recupera o papel da Revolução Industrial enquanto elemento que explica o processo de subdesenvolvimento. Na análise do autor, o surgimento de um centro industrial provocou mudanças na forma de organização da economia num âmbito global. O próprio desenvolvimento na Europa, segundo Furtado, fez com que se desconstruísse a sociedade artesanal pré-capitalista existente, e que surgisse uma nova na qual os fatores de produção fossem capazes de incorporar produtividade. E, por fim, o caso das estruturas subdesenvolvidas, pré-capitalistas, que apresentavam níveis diferentes de penetração do capitalismo dependendo do lugar, de acordo com as necessidades dos centros. Nas palavras do autor:

[...] a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Este tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. (FURTADO, 1961, p.161)

Tal fenômeno era visto pelo autor como "um processo histórico autônomo, e não como uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram um grau superior de desenvolvimento" (FURTADO, 1961, p.161). As chamadas economias híbridas seriam aquelas que teriam capacidade de se industrializar, mas tal processo se daria de maneira diferente da observada nos países desenvolvidos; em tais economias a dinâmica da industrialização estaria sujeita às suas próprias leis históricas.

No balanço do autor, no caso da instalação de uma empresa capitalista numa estrutura híbrida, sendo a intensidade do efeito do núcleo industrial definida pelo nível da massa de salários dos empregados, e sendo que a estrutura preexistente dá lugar à economia capitalista da mesma forma como ocorre no centro, mesmo assim o lado arcaico não se misturará com o moderno de maneira dinâmica, uma vez que os lucros advindos da firma capitalista não serão absorvidos pela economia local. (FURTADO, 1961, p. 163)

Neste sentido, Furtado conclui, em consonância com a CEPAL, que a saída para o subdesenvolvimento latino-americano está no processo de industrialização coordenada pelo Estado, algo que libertaria as economias subdesenvolvidas das desvantagens enfrentadas no comércio internacional, da dependência na atração de bens industriais ou de mais alta densidade tecnológica vindos das economias “avançadas”, que corrigiria os problemas relacionados à sua heterogeneidade estrutural e criaria as bases para uma inserção externa mais autônoma e ativa.

Em “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina”, obra de Furtado publicada em 1968, parte-se de uma análise comparativa entre as sociedades que se industrializaram pela Revolução Industrial e as que passaram pelo processo de industrialização via substituição de importações. O autor observa os efeitos da industrialização nestas economias e conclui que a forma pela qual o processo ocorreu nas economias “avançadas” permitiu que a relação entre o progresso técnico e a evolução dos salários possibilitasse uma luta de classes, num ambiente no qual o empresariado agia de forma racional convergente com os interesses da coletividade, sendo que o incremento da técnica e da produtividade vinham acompanhados de elevações salariais, ao passo que,

na América Latina, o processo de industrialização foi feito em cima de um mercado de trabalho desorganizado e, sobretudo, abundante, no qual os trabalhadores recebiam salários de subsistência. Assim, se estabeleceu nas economias latino-americanas uma condição de dualismo, na qual a racionalidade empresarial e o mercado de trabalho tinham interesses conflitantes, que resultavam num impasse político – nos quais geralmente os interesses da classe empresarial se sobressaíam.

Ademais, o trabalho engloba elementos internacionais que exerceram influência no desenvolvimento da região. O segundo capítulo do livro, chamado “Obstáculos externos ao Desenvolvimento” trata, predominantemente, do aspecto político das relações das economias periféricas com as centrais, examinando os efeitos da Guerra Fria num contexto periférico de descontentamento das massas, e de insatisfação dos países centrais com o ideal comunista que ganhava popularidade na América Latina.

No terceiro capítulo, cujo título é “Fatores Estruturais Internos que Impedem o Desenvolvimento”, Furtado elabora seu modelo de estagnação passando pela análise do modelo agrário exportador e pelo período da industrialização substitutiva para chegar à explicação da tendência à estagnação. A construção tem início em uma sociedade arcaica que passa a ter que se combinar com um setor industrial que absorve tecnologia e possui um coeficiente de capital crescente. A combinação destes dois opostos daria “origem a um padrão de distribuição de renda que tende a orientar a aplicação dos recursos produtivos de forma a reduzir a eficiência econômica destes e a concentrar ainda mais a renda, num processo de causação circular” (FURTADO, 1968, p. 86), dinâmica a partir da qual a economia em questão tenderia a se estagnar.

Acima foram apresentados algumas das razões para a persistência do subemprego na fase da industrialização identificadas pela CEPAL a época. A baixa capacidade de acumular, a inadequação da tecnologia importada dos centros quando em contato com a dinâmica da produção na periferia, e o próprio montante de pessoas subempregadas são fatores levados em consideração nesta análise, sendo a heterogeneidade estrutural a principal razão da persistência do subemprego, e quem dá origem aos desdobramentos apresentados nesta seção.

2.4. A Teoria da Deterioração dos Termos de Troca

Prebisch e a CEPAL saem em defesa de um processo de industrialização na América Latina como alternativa de desenvolvimento para estas economias. Dessa forma, alteraria-se o padrão de crescimento periférico de economias voltadas para a expansão da

atividade exportadora, como era na fase de “desenvolvimento para fora”, para economias que visam ampliar suas produções industriais. Esta fase é conhecida como de “desenvolvimento para dentro” e é nela em que os desequilíbrios externos tornam-se inerentes ao avanço da industrialização.

O autor trazia em suas contribuições uma inconformidade com a aceitação de um sistema que considerasse ideais as condições presentes de acesso ao progresso técnico vistas na periferia, uma vez que tais avanços só eram percebidos onde necessários, para que fosse possível produzir bens primários com o intuito de exportá-los para o centro, ao passo que, neste, desenvolviam-se grandes centros industriais nos quais a técnica se propagava. (CEPAL, 1951, p. 139)

O processo de disseminação do progresso técnico acontecia também nas economias periféricas. Conforme o setor primário se modernizava, via incremento de produtividade, menos trabalhadores eram necessários para a realização das tarefas do setor. Nestes casos, a atividade industrial absorvia o excedente de mão-de-obra, que pagava um salário mais elevado oferecido, sendo que a rápida absorção do excedente de mão-de-obra em mobilidade perfeita dos fatores poderia gerar uma tendência ao nivelamento entre as remunerações tanto do setor primário quanto do industrial. Entretanto, o setor industrial dos centros só se expande com o intuito de absorver a mão-de-obra se esta for do próprio país. A indústria do centro não cresce para que seja possível absorver o excedente da periferia, tornando-se necessário que as economias periféricas se industrializem de maneira autônoma (CEPAL, 1951, p. 145).

O progresso técnico nas economias latino-americanas ocorreu primeiramente no setor primário, no qual havia espaço para se incrementar a técnica empregada. Contudo, caso o excedente de mão-de-obra destas atividades não fosse incorporado à atividade industrial, como o ocorrido no centro, era possível que os níveis de salários adquiridos caíssem com o aumento de produtividade causado pela entrada de progresso técnico, como é apontado no documento da CEPAL. (CEPAL, 1951, p. 152)

Uma das conclusões que o documento chega é a de que, por mais que as teorias do desenvolvimento preguem a distribuição dos frutos do progresso, esse processo não se verificava na realidade da América Latina, onde os excedentes do incremento da produtividade são enviados ao centro. Evidentemente, conforme a periferia eleva sua produtividade, menos trabalhadores serão necessários para execução daquele trabalho.

Dessa forma, não é possível dizer que o incremento de produtividade na atividade primária elevará a renda daquela produção. A segunda conclusão envolve a ideia de que, uma vez que não há plena mobilidade de fatores produtivos de uma nação a outra, a forma de garantir que a renda dos países fortes na atividade primária se assemelhe a renda dos países centrais é por meio do desenvolvimento industrial, posto que este permite que o excedente da população ativa retirada da atividade primária seja absorvida pela indústria. (CEPAL, 1951, p. 156)

Todo esse raciocínio feito pelos autores da CEPAL torna fundamental o estudo dos ciclos econômicos, afinal, é a partir deles que se dissemina o progresso e se elucidam as nuances entre os países centrais e os periféricos. A tendência à deterioração dos termos de troca ou dos termos de intercâmbio, pode ser percebida olhando para a queda de preços que produtos primários enfrentam ciclo após ciclo, que supera os aumentos dos períodos de prosperidade, como é sabido. (CEPAL, 1951, p. 158)

O movimento cíclico da economia é expressão de crescimento econômico, assim como a elevação da produtividade é elemento central do crescimento. Durante o ciclo, a demanda dos países centrais ultrapassa sua oferta de bens de consumo produzidos internamente na fase ascendente e o contrário na descendente. Na primeira, há aumento dos lucros, que acaba por frear a demanda via aumento de preços, e na segunda o excesso de oferta é corrigido pela baixa dos preços. Na fase ascendente o lucro das empresas do centro é repassado para os produtores periféricos, uma vez que os preços dos bens primários se encontram altos e tendendo a continuar subindo.

Dessa forma, a razão pela qual a disparidade entre a renda do centro e a da periferia é tão significante, reside no fato de que o lucro não se contrai, na fase descendente, na mesma magnitude em que se ampliou, na fase ascendente. Ademais, com o aumento dos lucros na fase ascendente, há uma pressão dos sindicatos organizados nos centros para que este aumento seja repassado para os salários. Na fase descendente, mesmo com a queda dos lucros os salários mantêm-se no mesmo nível devido a rigidez a queda dos salários. A tensão sofrida com a queda dos lucros no centro é transferida à periferia, onde os salários não conseguem se manter elevados, “assim, quanto menos a renda pode contrair-se no centro, mais ela tem que fazê-lo na periferia” (PREBISCH, 2000a, p. 87).

O documento da CEPAL analisa ainda, a poupança das economias latino-americanas, que é insatisfatória, do ponto de vista de Prebisch, para que se possa ter um progresso técnico avançado. No início do século XX, nível da poupança dos países centrais também se encontrava baixo, no entanto, o progresso técnico neste momento não era tão elevado quando comparado as décadas de 1950 e 1960. Assim, de maneira gradual, estes países se desenvolveram de forma espontânea. Nas economias da América Latina, o progresso técnico que se observava internamente estava distante dos vistos no centro e não era repassado aos salários, o que afetava o nível de demanda dessas economias, impossibilitando-os de amadurecer e alcançar a técnica empregada no centro.

2.5. O Enfoque Estruturalista da Inflação

O debate cepalino sobre a inflação teve início com controvérsia monetarista-estruturalista, que teve a década de 1950 como palco de suas discussões. Os economistas latino-americanos discordavam da teoria tradicional no que diz respeito as causas e as formas de se combater a inflação. O debate acabou se mostrando frutífero tanto do ponto de vista do contraste entre a abordagem estruturalista da inflação em contraponto à teoria neoclássica, quanto em relação ao destaque dado aos elementos da análise estruturalista e ao método utilizado.

Especula-se que o interesse dos estudiosos latino-americanos pelo tema da inflação, possa ter tido origem nas persistentes taxas de inflação experimentadas por algumas economias da América Latina no período do pós-guerra, como Argentina, Brasil e o Chile, que tiveram implicações para o desenvolvimento da região. Além disso, havia também certa insatisfação por parte dos estruturalistas em relação aos planos de estabilização propostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Alguns dos teóricos estruturalistas que contribuíram para o debate sobre a inflação na época foram o mexicano Juan Noyola e os chilenos Anibal Pinto e Oswald Sunkel. (KAY, 1989)

Algumas divergências entre estruturalistas e monetaristas merecem ser apontadas com o intuito de situar o debate. Os estruturalistas enfatizam a participação do Estado como promotores do desenvolvimento, destacam as origens sociais e políticas de cada fato e entendem que para remover os obstáculos que separam a América Latina do desenvolvimento, reformas estruturais do tipo econômica, política e social devem ser feitas. No que diz respeito a estratégia de desenvolvimento econômico, optam por uma

orientação voltada para o desenvolvimento “para dentro” ao passo que os monetaristas preferem uma estratégia voltada para o mercado internacional.

Os estruturalistas enxergam o tema da inflação num contexto amplo e não exclusivamente econômico. Para estes economistas, a perspectiva histórica e as relações internacionais são elementos relevantes, por vezes esquecidos pelos monetaristas. A passagem da orientação de desenvolvimento “para fora” para a estratégia de desenvolvimento “para dentro” é identificada como uma das fontes dos desequilíbrios inflacionários na região, assim como a estagnação do poder de compra das exportações da região, decorrentes da deterioração dos termos de troca e do baixo crescimento da demanda mundial pelos artigos comercializados pela América Latina.

A crença dos monetaristas de que o processo inflacionário é o principal obstáculo ao desenvolvimento é contraposta pelos estruturalistas que acreditam que o processo inflacionário ocorre devido às condições do ambiente político, aos desequilíbrios setoriais e às expectativas causadas pelo próprio processo de desenvolvimento, ou seja, a relação causa e efeito é oposta. Além disso, este grupo acredita que a principal causa da inflação é o excesso de demanda por bens, ao passo que os estruturalistas acreditam que a inflação é resultado de desajustes estruturais e da rigidez do sistema econômico. (KAY, 1989)

De acordo com o entendimento estruturalista, as propostas feitas pelos monetaristas tinham como objetivo a redução dos gastos públicos e a liberalização do sistema econômico. Algumas medidas de combate à inflação em linha com este enfoque, são, por exemplo, a contenção da expansão monetária e creditícia, a desvalorização da taxa de câmbio, a eliminação do controle de preços de artigos de primeira necessidade, a redução ou adiamento dos reajustes das remunerações trabalhistas, entre outros. A lógica da origem e da persistência do processo inflacionário partia da irracionalidade da política monetária e creditícia que causaria a elevação do nível de preços, que por sua vez, forçaria o reajuste das remunerações e salários, da mesma forma que se estabeleceriam controles de preços para bens de alta participação no consumo; simultaneamente, a elevação dos preços geraria uma perda de poder de compra internamente. Dessa forma, mesmo com os desajustes, a autoridade monetária levava algum tempo para reconhecer a perda de poder de compra da moeda nacional, ou seja, a desvalorização da moeda de circulação interna, ao mesmo tempo em que tentava controlar suas importações. Esta política acabaria desestimulando exportações e retendo uma demanda por importações que não se realizariam, agravando a tendência ao desequilíbrio externo e forçando uma elevação da

taxa de câmbio, que também tem impacto sobre os preços. Ou seja, de maneira resumida, a expansão dos meios de pagamento daria origem a pressões de demanda, consequentemente uma elevação do nível de preços, e devido aos desajustes em relação a taxa de câmbio, ocasionaria desequilíbrios no balanço de pagamentos e intervenções por parte do Estado, que por sua vez, causariam distorções no mercado. (RODRIGUEZ, 2009, p. 170-171)

O que os estruturalistas reprovam nesta análise são as implicações reais deste tipo de política, que de acordo com o arcabouço cepalino não teria o efeito estabilizador esperado, falhando ao tentar deter a alta dos preços e acabar com o déficit fiscal e o desequilíbrio externo. A contenção do crédito e dos reajustes salariais foram incapazes de controlar a alta dos preços e acabaram por deprimir a demanda das camadas de renda mais baixa e reduzir o nível da atividade econômica. O controle dos gastos públicos, por sua vez, apresentou efeitos negativos sobre o investimento, e provocou resultados desfavoráveis para o emprego da força-de-trabalho. Por fim, devido a rigidez da oferta de exportações, as circunstâncias desvantajosas dos preços internacionais e a alta propensão a importar das economias da região, as tentativas de liberalização das economias latino-americanas não alcançaram os resultados almejados. A crítica feita pelos estruturalistas tem como base a desaceleração do crescimento e o aumento do desemprego, ocasionados por políticas desta natureza, que possuem efeitos temporários e pouco relevantes; assim como o diagnóstico dos monetaristas, que enfatizava a ineficiência da gestão econômica dos governos e não dava importância aos problemas estruturais que cercam essa gestão e que são objeto de estudo da corrente estruturalista. (RODRIGUEZ, 2009)

Levando em consideração os argumentos acima, os autores latino-americanos sistematizaram um esquema de análise com três categorias gerais a ponto de elucidar aspectos dos processos inflacionários da região a luz de suas nuances. As categorias são divididas em fatores estruturais, que se subdividem em pressões básicas e elementos sócio-políticos e institucionais, e os mecanismos de propagação. (RODRIGUEZ, 2009; KAY, 1989)

Quanto às categorias de análise, por um lado, existem os fatores estruturais, por sua vez subdivididos em pressões básicas e elementos sociopolíticos e institucionais; e por outro, faz-se referência aos mecanismos de propagação. As pressões básicas dizem respeito aos desequilíbrios relacionados ao ritmo crescimento na agricultura e no setor externo. Neste sentido, destacam-se os elementos referentes ao desequilíbrio estrutural do

balanço de pagamentos, causado pelo baixo crescimento das exportações enquanto as importações crescem em ritmo elevado; a rigidez da oferta agrícola, decorrente da estrutura agrária latifundiária, mostra-se relativamente inelástica em relação a elevação da demanda causada pela evolução do processo de substituição de importações; e, por fim, os elementos de natureza sociopolítica e institucional, que estão relacionados a aspectos governamentais e jurídicos, e podem estar associados ao grau de sindicalização da força-de-trabalho, a relevância atribuída pela CEPAL a propriedade pública, a insuficiência dos serviços de infraestrutura e podem ser resultantes do sistema tributário ultrapassado. (KAY, 1989; BIELSCHOWSKY, 2000a)

Quanto aos mecanismos de propagação, o primeiro a ser analisado, devido a sua relevância, é o déficit fiscal. A tendência ao déficit fiscal está relacionada ao aumento das responsabilidades do Estado (assim como de seus gastos) durante o período de substituição de importações. Relaciona-se também com a rigidez e com a regressividade do sistema tributário em vigor, majoritariamente estruturado durante a fase de desenvolvimento “para fora”, e caracterizado pela significativa sujeição ao comércio exterior.

Em segundo lugar, o mecanismo de propagação creditício, diz respeito à flexibilidade do sistema bancário em prover meios de pagamento às economias. Está relacionado aos vínculos do sistema bancário com os grupos empresariais e industriais, que exercem influência em prol de expansões monetárias em concomitância com a elevação de preços e a necessidade de dinheiro em espécie que esta traz. E, em terceiro lugar, o mecanismo de reajuste de preços e ganhos, que tem como objetivo ilustrar como as pressões e a influência de grupos de interesse tem efeito na distribuição de renda de uma economia. Dessa forma, a posição monopolista e o poder econômico destes grupos são capazes de obter altas de preços. (KAY, 1989; BIELSCHOWSKY, 2000a)

De acordo com a corrente estruturalista, o que os monetaristas consideram as causas da inflação, são, na verdade mecanismos de propagação da mesma. Por isso, estes não conseguem enxergar a verdadeira origem do processo inflacionário. Como os autores latino-americanos apontam, a inflação depende majoritariamente das pressões básicas e do desempenho dos elementos políticos e institucionais, e só após a atuação destes fatores, os mecanismos de propagação freariam ou impulsionariam os efeitos destes elementos.

Ressalta-se que a utilização destes elementos nas análises estruturalistas varia de autor para autor, o que é esperado, uma vez que processos inflacionários de diferentes economias são observados, e justifica a diferença entre a combinação dos elementos que são utilizados na explicação do processo. Com o intuito de relacionar a tese estruturalista da inflação com os propósitos deste trabalho, algumas considerações em relação as categorias de análise e a tendência ao desequilíbrio externo são feitas abaixo.

A tendência ao desequilíbrio externo numa perspectiva de longo prazo altera a taxa de câmbio, e esta por sua vez, tem efeitos sobre o nível de preços. Durante a fase ascendente do ciclo econômico, crescem tanto as exportações periféricas quanto a renda, dessa forma, o acréscimo da demanda que não consegue se satisfazer com a produção interna recorre as importações, o que diminui as pressões inflacionárias. No entanto, em decorrência das oscilações dos termos de troca e da tendência ao desequilíbrio comercial inerentes a industrialização substitutiva e causadores do déficit fiscal, estas economias se deparam com a opção de refrear a atividade econômica e o crescimento da renda com o intuito de recompor o equilíbrio comercial ou manter o nível do crescimento da renda e restringir importações, para que estas se adequem ao ritmo das exportações e o desequilíbrio comercial não se agrave. Os fatores políticos e institucionais operam em favor da segunda opção, que estimula a industrialização, assim como os industriais e as classes de renda média, que dependem da ação do Estado. Todavia, a escolha desta opção implica que com as restrições as importações, os incrementos da demanda não poderiam ser atendidos por estas, o que levaria o comportamento dos preços a ser influenciado pela dinâmica da produção econômica interna. (RODRIGUEZ, 2009)

Em vista disso, tais pressões básicas estão associadas a estrutura produtiva das economias periféricas da América Latina, e, por este motivo compõe a razão dos processos inflacionários. Razões estas que, aliadas aos fatores sociopolíticos e institucionais - também estruturais – latentes ao processo de substituição de importações, impulsionam a inflação e viabilizam o aprofundamento dos desequilíbrios setoriais e internacionais. É neste cenário que atuam os mecanismos de propagação. O déficit fiscal é induzido por meio da alta de preços, da rigidez dos gastos públicos e da dependência do desempenho do comercial internacional, e assim o processo inflacionário se reproduz sucessivamente. O sistema bancário fornece liquidez de acordo com o movimento do nível geral de preços; a estrutura monopolista industrial provisiona o ajuste dos preços das manufaturas devido aos altos custos; e os aumentos dos preços dos alimentos, tendem

a reduzir o nível real de salários e a sustentar o reajuste contínuo de preços e salários. (RODRIGUEZ, 2009)

Os autores dessa tradição exploram os aspectos não-monetários do processo inflacionário, e consideram os alvos das políticas propostas pelos monetaristas apenas mecanismos de propagação da inflação e não suas verdadeiras causas, que seriam os fatores estruturais já citados. Além disso, defendem que o enfretamento da inflação deve vir acompanhado de uma política ampla de desenvolvimento econômico e transformação da estrutura produtiva. A explicação do enfoque estruturalista da inflação feita no trabalho, não traduz as especificidades da análise dos autores cepalinos e sim traz uma breve explicação dos elementos em comum do diagnóstico estruturalista.

2.6. Uma Síntese da Contribuição Cepalina

Em síntese, este capítulo teve como objetivo apresentar as principais teses estudadas pela CEPAL, com ênfase na análise do desequilíbrio externo que deu origem a investigação acerca da disparidade entre as elasticidades renda da demanda por importações e exportações e a questão da mudança estrutural, entendida como alteração da composição setorial pró-indústria, que teria o poder de transformar qualitativamente a estrutura produtiva da região para fortalecer setores e atividades intensivas em conhecimento, gerando empregos em esferas de maior produtividade. Ademais, busca introduzir o leitor ao contexto do surgimento da CEPAL, explicitar a importância da Comissão para o desenvolvimento da América Latina no período, assim como a forma com a qual esta tornou-se uma escola de pensamento crítico em uma época de dominância do paradigma neoclássico.

Com um método analítico único, contribuiu de maneira valiosa para a produção teórica no período, contando com a colaboração de autores relevantes como Prebisch, Furtado e Pinto. Conhecido como "histórico-estrutural", este método, analisa o modo como as instituições e a estrutura produtiva latino-americanas condicionam a dinâmica econômica dos países em desenvolvimento, e como, a partir disso, combinam-se uma série de tendências típicas do crescimento periférico como a tendências aos déficits externos, à deterioração dos termos de troca, ao desemprego estrutural e à inflação.

Dessa forma, o capítulo faz uma breve recuperação da teoria estruturalista e apresenta suas principais diretrizes, sintetizando alguns textos de Prebisch que

apresentam sua análise acerca da tendência à deterioração dos termos de troca e a restrição externa nas economias periféricas, com o intuito de identificar possíveis pontos de tangência das teorias cepalina e pós-keynesiana/kaldoriana. O capítulo seguinte analisará os modelos de restrição externa, com destaque para a Lei de Thirlwall e suas evoluções. Assim, torna-se fundamental ter em mente o arcabouço teórico estruturalista e a visão cepalina (de Prebisch), que explicam como ocorre o desenvolvimento periférico considerando as fases do ciclo econômico nestas regiões.

CAPÍTULO 3. A LEI DE THIRLWALL E SEUS DESDOBRAMENTOS

Após a contextualização do surgimento da CEPAL, assim como a apresentação de suas principais contribuições, em especial a que se refere a tendência ao desequilíbrio externo, já se tem uma base para comparação desta com a teoria pós-keynesiana. Dessa forma, além de apresentar, em linhas gerais, o contexto da revolução keynesiana e suas principais proposições, o presente capítulo tratará também da exposição da vertente kaldoriana da teoria pós-keynesiana e da Lei de Thirlwall (1979), assim como seus desdobramentos.

O principal objetivo desta parte da dissertação é o de analisar os trabalhos clássicos que contribuíram com o desenvolvimento da Lei de Thirlwall e que estão inseridos na agenda keynesiana. A construção feita neste capítulo trará ao leitor os elementos formadores da abordagem da mudança estrutural presente na Lei de Thirlwall, desde a revolução keynesiana até a concepção dos modelos mais modernos baseados nesta proposição.

A Lei de Thirlwall (1979) possui um significado para além do cálculo da renda que equilibra o balanço de pagamentos, em que aspectos qualitativos referentes ao padrão de especialização das economias podem ser inferidos a partir de sua análise. Thirlwall aborda, por meio de seu modelo de crescimento com restrição do balanço de pagamentos, a importância da relação entre as elasticidades renda da demanda de exportações e importações para o processo de desenvolvimento econômico. De acordo com o autor, conforme cresce a renda de um país, cresce também sua demanda por importações, e estas, por sua vez, devem ser custeadas pelas receitas advindas da atividade exportadora, para que não se reproduzam déficits em transações correntes. Caso este processo não se

concretize, é possível que a economia tenha que deprimir sua demanda doméstica de maneira a reduzir as importações para melhorar o resultado em transações correntes, o que acabaria por deprimir o investimento e o progresso tecnológico.

O modelo de Thirlwall, inicialmente, não discute possíveis variações nas grandezas das elasticidades em função de mudanças na estrutura produtiva, no entanto, a corrente estruturalista já abordava esta possibilidade e seus argumentos iam nesta direção. Os autores apresentados no capítulo anterior, como Prebisch (1949) e Furtado (1961), já apontavam para as possibilidades de alteração da estrutura produtiva por meio de uma estratégia voltada para o desenvolvimento do setor manufatureiro.

Estes modelos supõem que países que possuam vantagens comparativas na produção de artigos primários, devido às condições da região, acabariam especializando-se nestas, o que, apesar de vantajoso num primeiro momento, tornaria-se uma dificuldade adiante, na fase de sofisticação da estrutura produtiva rumo a produção de bens de maior valor agregado e natureza tecnológica. A abordagem da diferença entre as elasticidades já havia sido apontada pelos autores estruturalistas na década de 1950. Caso um país tivesse sua pauta de exportações concentrada em produtos primários e a de importações em produtos manufaturados, esta seria um reflexo de sua estrutura produtiva, e, por conseguinte, a elasticidade renda da demanda por suas exportações seria, possivelmente, inferior à verificada para suas importações, assim como a taxa de crescimento que mantém o balanço de pagamentos em equilíbrio.

A partir das considerações feitas nesta breve introdução, este capítulo divide-se em quatro subseções. A primeira trata de apresentar e fundamentar a teoria keynesiana e pós-keynesiana trabalhando suas principais premissas e divisões. A segunda traz a exposição do exercício feito por Harrod (1933) para chegar à formulação do multiplicador do comércio exterior, fundamental para a construção da Lei de Thirlwall. A terceira expõe a abordagem pós-keynesiana/kaldoriana, enfatizando suas principais asserções e contribuições. E, por fim, a última seção apresentará a Lei de Thirlwall propriamente dita, assim como seus desdobramentos e avanços.

3.1. A Revolução Keynesiana e os Pós-Keynesianos

3.1.1. O Surgimento da Teoria Keynesiana e seus Princípios

A publicação da Teoria Geral (TG) em 1936 foi o marco inicial do que posteriormente se convencionou chamar de revolução keynesiana. A obra abriu espaço no estudo das ciências econômicas para trabalhos que não se apoiavam no referencial clássico ou neoclássico. De acordo com Keynes, os trabalhos no campo da economia limitavam-se aos que aceitavam as premissas ricardianas e buscavam entender a alocação e a distribuição da riqueza, abstraindo questões referentes ao nível do emprego, a renda agregada e a dinâmica da criação da riqueza. Com isso, a TG mudou o paradigma do debate e colocou o estudo da economia em um novo caminho. (CARVALHO, 1992)

O alcance da TG fez com que a obra se afirmasse como referência da literatura econômica, embora não livre das críticas dos grupos mais conservadores. Uma das razões pelas quais fez tanto sucesso, como argumentam alguns economistas, foi devido a relação intrínseca que o autor se propõe a fazer entre a teoria econômica e a prática, isto é, o mundo real (VERSIANI, 1988, p. 40). O prefácio da obra já adverte o leitor sobre esta aproximação, onde embora esteja ressaltada a importância do debate teórico, uma vez que dialoga com os economistas da tradição clássica, não deixa de lado seu interesse em constituir um arcabouço coerente com a realidade. Nas palavras do autor: “[...] o propósito primordial dele [do livro] é tratar de questões difíceis de teoria e, só em segundo lugar, das aplicações dessa teoria à prática” (KEYNES, 1936, p. 27).

A negação da Lei de Say na TG, desempenha um papel central na mensagem que Keynes buscava passar a seus leitores. Para o autor, como é possível perceber durante a leitura da obra, o chamado equilíbrio estático almejado pelos clássicos, no qual haveria a plena utilização dos fatores que acarretaria numa situação de pleno emprego gerada pelos mecanismos do mercado – a “mão invisível” -, seria impraticável.

O exame das obras anteriores a TG, é importante para se analisar a forma com a qual evolui a percepção de Keynes acerca da dinâmica econômica. O *Tract on Monetary Reform*, de 1971, já colocava os elementos centrais do que viria a ser a análise da economia monetária da produção elaborada pelo autor, e o *Treatise on Money*, também

de 1971, trazia os primeiros traços de negação da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), aceita por Keynes precedentemente (CARVALHO, 1992, p. 32-38)⁴.

Contextualizada a relevância da revolução keynesiana e a magnitude da difusão das suas proposições, tem-se que, a partir da contribuição da TG, foram formulados, por Davidson o que seriam os fundamentos da teoria pós-keynesiana. Estes, por sua vez, derivam dos pressupostos clássicos negados por Keynes. São eles o da substituição plena dos bens, refutado devido ao fato de a moeda ser um bem que não atende a esse princípio, uma vez que possui características que a difere dos outros bens, como sua baixa elasticidade de substituição; o de a economia funcionar em termos reais, ou seja, que apenas bens e serviços gerariam utilidade, rejeitado com o fato de o autor colocar também a moeda como um bem que traz utilidade não sendo usada apenas para a realização de transações; e o conceito da ergodicidade, que diz que seria possível aprender com os processos e, a partir da experiência obtida, transformar a natureza do evento econômico em algo passível de cálculo do risco envolvido. (CARVALHO, 1992, p. 42).

Os princípios da teoria pós-keynesiana de acordo com Davidson (CARVALHO, 1992, apud DAVIDSON, 1984), são, dessa forma, o da não-neutralidade da moeda; o da irreversibilidade do tempo e das decisões tomadas no passado, que resultam em um ambiente não-ergódico, e impedem que se aprenda sobre as tendências, pois estas estão sujeitas a mudanças a todo tempo; e por fim, o de a economia buscar se proteger das incertezas por meio de contratos monetários. Seriam estes os fundamentos que representariam a essência do pensamento dos seguidores de Keynes de acordo com o autor. No entanto, com a intenção de propor um conjunto de premissas de caráter mais intuitivo, Carvalho (1992), apresenta sua alternativa para elucidar tais princípios.

Carvalho (1992) inicia sua exposição apresentando o que seriam os agentes da economia em questão - no caso, a “economia monetária de produção”. São eles, as famílias, as firmas, e os bancos, que estariam inseridos em uma economia empresarial na qual se organizariam para produzir e distribuir bens por meio do mercado. A partir disso, os seis princípios são anunciados, sendo o primeiro o princípio da produção, no qual reconhece-se o papel específico desempenhado pelas firmas nas chamadas economias empresariais. Nestas, o objetivo das empresas é a geração de lucros, sendo a produção

⁴ A discussão acerca do *Tract* (1971) e do *Treatise* (1971), a compreensão de Keynes em relação à TQM e a influência destas obras sobre a TG está presente em uma série de estudos recentes e acrescenta ao debate sobre a evolução do pensamento do autor. A este respeito ver CARVALHO (1992).

realizada com este fim, e não com o propósito de gerar utilidade ao dono. Este esclarecimento por si só já invalida o princípio da neutralidade da moeda, uma vez que esta já não é mais entendida como um meio, e sim como um fim (CARVALHO, 1992, p. 44).

O segundo princípio é o da estratégia dominante, o qual refere-se à atribuição decisiva que se delega as firmas frente aos demais agentes. Segundo este princípio, as empresas definiriam, mediante suas decisões de produção e investimento, o nível do emprego e da poupança da economia. O argumento alicerçador por trás dessa noção é da distribuição desigual dos fatores de produção entre os agentes, por exemplo, para se produzir, é necessário que se tenha uma soma de finanças disponível, e que seria bem mais admissível que firmas tivessem acesso a esse montante, e não famílias, em razão, por exemplo, da preferência que aquelas têm em relação à estas (CARVALHO, 1992, p. 45).

O terceiro princípio é o da temporalidade da atividade econômica. Aqui leva-se em conta, por exemplo, que a produção leva algum tempo para ser feita, o que faz com que as firmas tenham que tomar decisões com base nas expectativas de realização da demanda, ou seja, a produção em si, é fruto da especulação dos empresários em relação as suas expectativas do futuro. É o princípio que demonstra melhor a importância das expectativas, e revela também a forma com que estas podem se distanciar do que de fato acontece. Este princípio, direciona o raciocínio para o quarto, o da não-ergodicidade do mundo, ou princípio da incerteza, que retrata o fato de que, decisões tomadas no tempo são irreversíveis e afetam a tomada de decisões futuras de uma maneira imprevisível (CARVALHO, 1992, p. 46-47).

O quinto princípio é o da coordenação. Como a produção não ocorre em apenas um estágio, e sim em uma sucessão de etapas até o produto final, e não há nenhum tipo de mecanismo que permita a coordenação dessas atividades isoladas, as empresas só saberão se produziram a quantidade correta após o fim do processo, estando sujeitas a um resultado custoso do ponto de vista de suas produções. Dessa forma, para se protegerem da incerteza e tentarem amenizar seus efeitos, os agentes desenvolveram técnicas para evitar este tipo de situação, como a coordenação via contratos monetários. Os contratos reduziriam a incerteza estabelecendo as condições e os termos das transações. Estes contratos, obviamente, não eliminariam a incerteza do ambiente, mas certamente colaborariam para organizá-lo (CARVALHO, 1992, p. 47).

A importância estratégica dos contratos monetários leva ao sexto e último princípio, o das propriedades da moeda. O dinheiro como unidade de conta é a medida padrão utilizada para se estabelecer compromissos, e por essa razão deve manter-se estável, uma vez que o contrato monetário é usado justamente para preservar a estabilidade dos acordos. Deve haver alguma estabilidade no valor do dinheiro para que os agentes confiem e aceitem que seus compromissos contratuais sejam feitos com base nele. Há também, algumas restrições a quais o dinheiro deve se submeter. A elasticidade zero de sua produção e substituição, por exemplo, é o que garante que o dinheiro seja a forma mais líquida de poder de compra. Se não paira dúvida alguma sobre a veracidade da liquidez da moeda, então os agentes aceitarão ter suas obrigações colocadas nestes termos (CARVALHO, 1992, p.48-49). Assim, de acordo com Carvalho:

A model of an economy built on the above six principles will present the results Keynes expected: the long-period non-neutrality of money, the full realization of the meaning of the concept of financial circulation, created in the Treatise on Money, and the principle of effective demand. (CARVALHO, 1992, p. 49)

Acima, foram introduzidas as premissas que representam a contribuição keynesiana e pós-keynesiana, do ponto de vista de Carvalho (1992). A seguir serão apresentados os demais axiomas que constituem em conjunto com os já indicados, a vertente pós-keynesiana. O intuito desta seção foi o de contextualizar a contribuição keynesiana, assim como expor de maneira breve, suas principais propriedades. A seção a seguir dará sequência à exposição das correntes que contribuíram de alguma forma com a elaboração da Lei de Thirlwall, sendo os pós-keynesianos os próximos a serem pormenorizados nesta seção.

3.1.2. Destrinchando a Teoria Pós-Keynesiana

Nesta seção, será apresentada a tradição pós-keynesiana. Adiante serão expostas as vertentes da teoria pós-keynesiana, assim como suas nuances, mas, por ora, serão indicados os traços essenciais desta tradição que se propõe a dar continuidade as ideias de Keynes e de seus seguidores. A construção deste arcabouço tem origem em Cambridge, na Inglaterra, com os estudos de Keynes. Posteriormente, na década de 1950, as ideias do autor passaram a ganhar notoriedade e a serem reconhecidas com a disseminação dos trabalhos de Nicholas Kaldor e Joan Robinson. Outros economistas como Richard Kahn, Pierro Sraffa e Maurice Dobb também se encontravam em

Cambridge no período em questão e estavam situados no campo da heterodoxia econômica. Esta geração de economistas foi seguida pela de nomes como os de Luigi Pasinetti, Geoffrey Harcourt, Winne Goodley e Michal Kalecki, que, apesar de inovarem em seus trabalhos, estavam de acordo com a tradição de Cambridge e contribuíram com a difusão do pensamento keynesiano. (LAVOIE, 2014)

Lavoie divide a comunidade de economistas em duas, a dos economistas ortodoxos e dos economistas heterodoxos, e procura diferenciá-los buscando elementos que definam a identidade de cada grupo, por mais que estes dividam-se em subgrupos. As características que o autor identifica para distinguir os dois grupos são cinco: realismo, racionalidade consistente com ambiente, organicismo, produção e mercados regulados. O realismo consiste em pesquisar para além da superfície dos problemas, sem se prender a pressupostos teóricos, e sim buscar entender a verdadeira natureza do fenômeno observado e os mecanismos que o explicam, entendendo o que é essencial aos fatos e não o seu aspecto geral. A segunda característica diz respeito ao tipo de racionalidade assumida pelos heterodoxos. Em contrapartida a racionalidade ilimitada colocada pelos ortodoxos, a heterodoxia prega que os agentes econômicos vivem em um ambiente no qual as informações podem ser escassas, irrelevantes ou não confiáveis e, por isso, os agentes devem seguir algumas regras para guiar suas tomadas de decisões evitando a perda de tempo e recursos. (LAVOIE, 2014, p. 10-16)

O terceiro aspecto que define os economistas heterodoxos diz respeito a metodologia: ao individualismo ou atomicismo em contraste com o holismo ou organicismo. Nesta abordagem, os indivíduos são considerados seres sociais e não atomísticos. Os modelos pós-keynesianos trazem classes sociais, trabalhadores, capitalistas, empresários, bancos e rentistas que formam a concepção de que apenas as preferências individuais dos agentes não definem o sistema econômico e a sociedade. (LAVOIE, 2014, p. 16-17)

A quarta concepção é a da definição do foco na escassez, enfatizada pelos ortodoxos e que é uma das bases dos economistas neoclássicos. Do ponto de vista heterodoxo, a escassez é substituída pela reproduzibilidade, que considera que os bens podem ser reproduzidos infinitamente, sendo a escassez apenas uma condição temporária. Para os modelos pós-keynesianos, por exemplo, a ênfase na produção é revelada por meio da negação do pressuposto do pleno emprego dos fatores, o que implica em uma situação de não escassez dos recursos. A questão deixa de ser a alocação dos recursos e passa a ser o crescimento da produção. A demanda efetiva toma o lugar da escassez.

Por fim, o quinto e último pressuposto heterodoxo é o dos mercados regulados, que se refere ao papel dos mercados em relação ao papel do Estado. A ortodoxia acredita que, por meio dos mercados livres serão alcançados estabilidade e pleno emprego. Por outro lado, os economistas heterodoxos desconfiam dos mercados autorregulados por suspeitarem de sua habilidade de se autorregularem, de trazer justiça social e de manter estável o sistema econômico. (LAVOIE, 2014, p. 22-26)

Os pressupostos listados acima dizem respeito as características do programa heterodoxo. Em relação aos contornos da vertente pós-keynesiana, em específico, o autor os divide em quatro grupos. As primeiras cinco características são referentes ao programa heterodoxo, uma vez que a corrente pós-keynesiana faz parte deste grupo. No entanto, a última característica dentre as já citadas, dos mercados regulados, é apresentada pelos pós-keynesianos como desequilíbrio e instabilidade, por estes economistas acreditarem na existência de forças desestabilizadoras endógenas e que mecanismos de preços são afetados por elas. (LAVOIE, 2014, p. 33)

O próximo conjunto de características é próprio do arcabouço pós-keynesiano e refere-se ao princípio da demanda efetiva, a relação de causalidade entre investimento e poupança (nesta direção) e a defesa de que instituições são importantes. O princípio da demanda efetiva diz que a demanda agregada determina a produção e o emprego, tanto no curto quanto no longo prazo, ou seja, que a trajetória atual de uma economia tem impacto nos determinantes do lado da oferta no crescimento de longo prazo. O investimento como determinante do nível da poupança está ligado ao princípio da demanda efetiva, e é um elemento chave da corrente pós-keynesiana, e, por fim, a crença de que instituições são importantes e fazem a diferença relaciona-se com ambas as características anteriores e significa dizer que políticas como a monetária e fiscal tem impacto sobre as quantidades reais no curto e longo prazo. (LAVOIE, 2014, p. 33-35)

O terceiro conjunto de aspectos referentes a vertente pós-keynesiana traz as características de uma economia monetária de produção, da importância do tempo histórico e irreversível, da incerteza fundamental e do conceito da não-ergodicidade que já foram discutidas na seção anterior. E, por fim, o último conjunto de características da economia pós-keynesiana engloba aspectos específicos da microeconomia: relações de poder, distribuição de renda, modelagem de sistemas abertos e pluralismo. (LAVOIE, 2014, p. 35-36)

Em síntese, os pós-keynesianos são contemplados pelas cinco propriedades da economia heterodoxa e se diferenciam das demais escolas heterodoxas pela ênfase no

princípio da demanda efetiva, tanto no curto quanto no longo prazo, pelo estudo de economias monetárias de produção, pelo entendimento de que o ambiente econômico é marcado pela incerteza e por uma noção de tempo histórico e irreversível. (LAVOIE, 2014, p. 37)

Dentro da gama de autores que se consideram pós-keynesianos é possível distinguir traços capazes de associar melhor cada grupo à ênfase dada às suas análises. O autor faz uma divisão de cinco vertentes pós-keynesianas, são elas: os fundamentalistas, os sraffianos, os kaleckianos, os institucionalistas e os kaldorianos. Embora todas as categorias de pós-keynesianos apresentem contribuições relevantes para o avanço da teoria econômica, a que interessa a esse trabalho é a dos pós-keynesianos denominados kaldorianos, a ser explorada ainda neste capítulo. Esta vertente, que ficou conhecida nos anos 1970 como a Nova Escola de Cambridge, engloba economistas que se interessam pelas restrições ao crescimento que surgem em economias abertas. A escola pós-keynesiana/kaldoriana tem sua origem nos trabalhos de Kaldor, Harrod e Goodley, que influenciaram autores como Antony P. Thirlwall e John McCombie, sendo que todos entendem a demanda como motor do crescimento econômico.

3.2. A Corrente Pós-Keynesiana/Kaldoriana

3.2.1. Kaldor: Crescimento e Desenvolvimento

De acordo com Thirlwall (1991), Kaldor talvez seja o economista de Cambridge (Inglaterra) mais conhecido por sua contribuição para o debate entre a teoria do crescimento econômico e a teoria neoclássica do crescimento e da distribuição, debate que foi também uma resposta ao pessimismo de Harrod sobre a possibilidade de crescimento com equilíbrio no longo prazo. No entanto, sua contribuição não se encontra condensada em uma obra em específico, como é o caso de Keynes com a TG, e sim distribuída em artigos, panfletos, palestras e jornais. (THIRLWALL, 1991, p. 271)

Durante a década de 1960, Kaldor direcionou seus esforços ao estudo do crescimento aplicado, a nível nacional e internacional. Sua abordagem buscava entender as divergências no padrão de vida entre regiões especializadas em bens primários e regiões industriais. Suas preocupações eram, o que explicaria as diferentes taxas de crescimento entre países avançados e quais seriam os determinantes do processo de crescimento de longo prazo dos países industrializados em um sistema fechado. Para dar sequência a sua análise, Kaldor faz uma distinção entre a atividade industrial e a atividade

primária: a primeira traria retornos crescentes de escala e a última estaria sujeita a retornos decrescentes. (THIRLWALL, 1987; 1991)

O autor se mostrava insatisfeito em relação a forma com a qual a abordagem neoclássica enxergava o crescimento econômico, principalmente no que diz respeito, a orientação voltada para a oferta e a com presença exclusiva de elementos exógenos ao processo como determinantes do crescimento econômico: a taxa de crescimento da força de trabalho, o progresso técnico e a acumulação de capital. Kaldor defendia um tratamento orientado pela demanda, que reconhecesse a endogeneidade dos estoques de fatores e o nível de abertura das economias, além da existência da restrição no balanço de pagamentos na conta corrente que limita o crescimento na maioria dos países. (THIRLWALL, 1991)

Em oposição aos neoclássicos, a construção do modelo de Kaldor é apresentada por meio de “fatos estilizados”, ou seja, regularidades empíricas, referentes ao crescimento econômico e à história econômica capitalista (KALDOR, 1966). Os fatos incluem que quanto maior a taxa de crescimento do setor industrial, maior será a taxa de crescimento do PIB do país, sendo o setor industrial visto como o “motor do crescimento”. Quanto maior a taxa de crescimento da produção industrial, maior será a taxa de crescimento da produtividade do trabalho na indústria devido as economias de escala e retornos crescentes, vistos como uma interação entre a elasticidade da demanda e oferta por bens manufaturados. Quanto maior a taxa de crescimento da produção industrial, maior será a taxa de transferência de mão de obra de outros setores para o setor industrial, onde existem retornos decrescentes ou onde não existe relação entre o crescimento do emprego e o crescimento da produção⁵. Dessa maneira, espera-se que quanto mais crescer a taxa de crescimento da produção industrial, mais rápido crescerá a produtividade da economia como um todo. (KALDOR, 1966);

Com o esgotamento da possibilidade de se transferir trabalho de atividades de retornos decrescentes, o grau de crescimento da produtividade induzida pela indústria provavelmente diminuirá. É neste sentido que Kaldor acreditava que países desenvolvidos com pouco ou nenhum excedente de trabalho na agricultura ou em atividades não industriais sofreriam de uma “carência de trabalho” e passariam por uma

⁵ Os demais setores são setores nos quais existem retornos decrescentes ou onde não existe relação entre o crescimento do emprego e o crescimento da produção.

desaceleração do crescimento. O crescimento da produção industrial, no entanto, não é constrangido pela oferta de trabalho, mas fundamentalmente determinado pela demanda de agricultura no estágio inicial do desenvolvimento e das exportações nos últimos estágios. A demanda por exportações é o principal componente da demanda autônoma em uma economia aberta e deve estar combinado com os gastos com importações, e a taxa de crescimento da produção irá se aproximar da taxa de crescimento das exportações dividida pela elasticidade renda da demanda por importações. Uma rápida taxa de crescimento das exportações e da produção tenderá a criar um processo cumulativo ou um ciclo virtuoso de crescimento por meio da ligação entre o crescimento da produção e o crescimento da produtividade. (KALDOR, 1966; THIRLWALL, 1983)

O autor queria mostrar que estas tendências são consequência das forças endógenas que operam em uma economia capitalista, e que, estas, por sua vez, não podem ser explicadas como coincidências devido a assunção de pressupostos que não se sustentam como progresso técnico neutro, retornos constantes de escala e elasticidade unitária de substituição entre capital e trabalho. Ademais, tinha como objetivo ressaltar o papel determinante dos retornos crescentes de escala, tanto estáticos quanto dinâmicos, para o crescimento econômico, que passa a ser visto como endógeno. (THIRLWALL, 1987)

O progresso técnico requer investimentos e novas formas de fazer as coisas. A função de progresso técnico relaciona-se com a taxa de crescimento da produção por trabalhador, com a taxa de crescimento do capital por trabalhador e com a forma da função que depende do grau em que a acumulação de capital incorpora novas técnicas e melhora a produtividade do trabalho. Mudanças nesta função alteram a relação entre capital e produção, e criam forças, por meio de uma mudança no investimento, que restaura a relação capital-produto para o seu nível de equilíbrio. O crescimento constante a longo prazo é determinado pelos parâmetros da função de progresso técnico que incorpora forças exógenas e endógenas. Com a taxa de crescimento de equilíbrio de longo prazo determinada, o índice de investimento de equilíbrio, a participação de lucros e a taxa de lucro podem ser derivados, fornecendo uma explicação dos fatos "estilizados" do desenvolvimento capitalista.

3.2.2. As Leis de Kaldor

A discussão acerca das Leis de Kaldor surge por meio de alegações a respeito da importância do setor industrial para o crescimento econômico. Isto ocorre em razão do destaque que as transformações na estrutura produtiva recebem em grandes fenômenos de crescimento. Essas transformações promovem alterações consideráveis na composição da demanda, elevando a presença dos bens manufaturados. Com base nestas considerações, Kaldor elaborou três leis, conhecidas na literatura como as Leis de Kaldor: a primeira "lei" é que a indústria é o "motor do crescimento" e o produto real está fortemente relacionado ao produto industrial. O setor industrial é o que apresenta retornos crescentes de escala e onde os trabalhadores são mais produtivos. A segunda "lei", também conhecida como Lei de Kaldor-Verdoorn, diz que o crescimento da produção induz o crescimento da produtividade na indústria por meio de retornos estáticos e dinâmicos de escala, ou seja, há uma forte relação entre a produtividade da indústria e a produção industrial (*learning-by-doing*). Por fim, a terceira "lei" afirma que o crescimento da produção induz o crescimento da produtividade fora da indústria, absorvendo recursos ociosos ou de baixa produtividade em outros setores, dessa forma, quanto mais rápido for o crescimento da produção industrial, maior será a taxa de transferências de trabalhadores dos setores não-manufatureiros para os setores manufatureiros. (KALDOR, 1966; THIRLWALL, 1983; 1987)

Na primeira lei de Kaldor, o setor industrial é definido como o motor do crescimento por ser o setor mais sujeito a retornos estáticos e dinâmicos de escala, no qual progresso técnico é mais rápido e não há limites para o emprego estabelecido pelas condições de produção, como ocorre em atividades de retornos decrescentes. Existe uma forte associação positiva entre a parcela da atividade de manufatura na atividade total e o nível de renda per capita, e entre o crescimento da manufatura e o crescimento do PIB. Duas razões explicam o porquê do estreitamento dessa relação: a primeira são as economias de escala e a segunda é que o crescimento da produtividade fora da indústria também é estimulado pelo crescimento industrial.

Harrod havia argumentado em 1933 que o ritmo do crescimento industrial é determinado pelo multiplicador do comércio: $Y = X / m$ onde Y é renda, X é exportações, m é a propensão a importar e $1 / m$ é o multiplicador. Esta equação de renda é derivada do pressuposto de que as exportações são a única forma de despesa autônoma e que os

termos de troca reais são constantes e o comércio sempre é equilibrado. A persistência dos desequilíbrios de pagamentos nas décadas de 1970 e 1980, após taxas de câmbio flutuantes a partir de 1972, convenceram Kaldor de que as mudanças de preços relativos no comércio internacional não eram um mecanismo de ajuste da balança de pagamentos muito eficiente e que é em grande parte uma renda que se ajusta para preservar o equilíbrio do balanço de pagamentos. Por meio do multiplicador de Harrod, qualquer mudança autônoma nas exportações (ou importações) alterará a renda para repor as exportações e as importações novamente: $gB = x / \pi$ é o análogo dinâmico de $Y = X / m$. São as taxas de crescimento que se ajustam para preservar o equilíbrio da balança de pagamentos, e não os preços relativos. A previsão a longo prazo seria que as taxas de crescimento relativo dos países podem ser aproximadas pela proporção de sua elasticidade-renda da demanda por exportações e sua elasticidade-renda da demanda por importações.

Sendo assim, o crescimento da própria manufatura é determinado pelo crescimento da demanda, que, inicialmente, deve vir da agricultura e, posteriormente, nos estágios mais avançados do desenvolvimento, das exportações. Por isso, em virtude da segunda lei de Kaldor, as regiões com rápido crescimento tendem a ser mais competitivas em relação as regiões de crescimento lento, e o crescimento tenderia a ser um processo de “causalidade cumulativa”. De acordo com Thirlwall, Kaldor chegou a essas conclusões devido a sua relação com Allyn Young, que havia sido seu professor, e este, por sua vez, teria se inspirado na divisão do trabalho de Adam Smith, sendo que a produtividade depende da divisão do trabalho, e a divisão do trabalho depende do tamanho do mercado. Nas palavras de Thirlwall: “As the market expands, productivity increases, which in turn enlarges the size of the market” (THIRLWALL, p. 230). Assim, o aumento dos retornos é tanto um fenômeno macroeconômico como um fenômeno micro, que está relacionado à interação entre atividades, e não pode ser discernido ou medido adequadamente pela observação de indústrias ou plantas individuais. (THIRLWALL, 1987)

3.3. Harrod e o Multiplicador do Comércio

3.3.1. Sobre os Ganhos com o Comércio

O livro de Harrod de 1933 “*International Economics*” tem início com algumas considerações acerca de seu conteúdo. De acordo com o autor, o título do trabalho carrega um significado muito geral, podendo estar associado ao âmbito da pesquisa histórica ou até mesmo geográfica da Economia Internacional, o que não é o caso, uma vez que o

escopo do livro é tido como bem definido: é uma introdução ao entendimento sobre a natureza dos eventos particulares que dizem respeito ao comércio e uma apresentação das verdades fundamentais da economia internacional como um todo. (HARROD, 1933)

Os capítulos iniciais tratam de situar o leitor acerca das questões que o livro se propõe a responder, tais como: quais seriam as condições nas quais as trocas tomariam um curso cujos seus propósitos seriam atendidos e qual seria o tipo de sistema monetário que melhor atenderia os propósitos para os quais o dinheiro é concebido. Em tempo, o autor informa que o tratamento da direção e do escopo do comércio exterior apresentados na obra tem como base a teoria clássica, para logo em seguida criticá-la a partir da seguinte afirmação: “The old economists were more concerned with the direction of trade than its volume” (HARROD, 1933, p. 2). Esta declaração relaciona-se com o fato de que para os clássicos a condição normal de uma economia é a de pleno emprego sendo o desemprego uma condição transitória e ocasional.

O comércio exterior, de acordo com Harrod (1933), é o conjunto de transações que envolve a travessia das fronteiras entre países, tais como imigração, empréstimos entre pessoas naturais de países diferentes e a compra e venda de bens produzidos fora do país de origem. Uma vez que o livro se compromete a estudar a economia interacional e suas trocas, e estas se apresentam como um objeto de estudo a parte, é necessário apresentar as diferenças entre as transações realizadas internamente e as que ultrapassam as barreiras nacionais.

Em primeiro lugar, a diferença entre o deslocamento de pessoas entre regiões diferentes em relação ao deslocamento realizado dentro da mesma região. O deslocamento de força de trabalho para fora de seus países de origem ocorre em menor volume do que o deslocamento entre regiões de um mesmo país, ou seja, a mão de obra tende a se deslocar em maior proporção dentro de seu território nacional e menos para além de suas fronteiras. As razões para isso são óbvias: restrições legais, de língua, cultura e costumes tendem a obstruir o fluxo de trabalhadores para fora de seus países de origem. As consequências disso são relevantes para análise do autor, uma vez que no interior de um país as remunerações tendem a ser equivalentes, de acordo com a intensidade e habilidade requerida pelo trabalho, mas fora de seus limites, esta afirmação pode não ser verdadeira. Oportunidades de maiores rendimentos em localidades do mesmo país atraem a força de trabalho para si e forçam os salários a se equalizarem, porém, diferenças entre

remunerações de país para país não seguem esta tendência podendo ser persistentes, assim como ocorre, em menor grau, com o movimento de capital e de empreendimentos.

A partir disso, infere-se que, assim como as trocas feitas internamente ocorrem entre produtores que desfrutam do mesmo padrão de vida, as trocas realizadas entre países ocorrem, por conseguinte, entre produtores que desfrutam de padrões de vida diferentes. Desta maneira, os princípios que determinam a natureza destas duas formas de intercambio devem ser diferentes, o que torna necessário o estudo das trocas internacionais. A frequente afirmação de que a importação de bens feitos com mão de obra barata deve ser checada, implica em desconhecimento dos princípios da economia internacional pois pressupõe que a desigualdade de salários em dois países concorrentes é anormal, ao passo que, na verdade, é sobre a provável presença dessa característica que o estudo especial do comércio internacional diferente do interno é fundado. (HARROD, 1933, p. 5-6)

Em segundo lugar, o ambiente produtivo dentro de um país pode ser diferente dependendo do lugar e ser semelhante, ao mesmo tempo, em relação ao de outros países. No entanto, existem certas características positivas e negativas próprias de cada nação, relacionadas, por exemplo, com a atividade governamental. O sistema de tributação, a regulamentação da área da saúde, saneamento básico, a organização fabril, educação, seguro social, política de transportes e leis de específicas para cada setor são exemplos de políticas as quais os cidadãos de um país estão sujeitos de maneira comum e que configuram outro contraste entre as trocas feitas internamente e internacionalmente. Mesmo que o capital e o trabalho fluíssem livremente entre os países, para que os salários, os encargos e os lucros fossem iguais em todos os lugares, o nível geral de custos reais poderia ser menor em um país do que em outro, devido aos desníveis entre estas características oferecidas pelo governo. (HARROD, 1933, p. 5-6)

Por fim, transações econômicas entre dois países envolvendo o pagamento com dinheiro são normalmente intermediadas por transações cambiais. A menos que um padrão monetário comum seja mantido, flutuações nas taxas em que as moedas nacionais podem ser trocadas claramente marcam estas operações, que são diretamente afetadas pelas taxas de câmbio. Mesmo que um padrão comum esteja em operação e as flutuações cambiais sejam desprezíveis, o fato de cada moeda ser controlada por seu próprio governo (Banco Central) tem um significado singular para a economia internacional. A manutenção do padrão monetário envolve a aplicação de uma política específica pela

autoridade monetária; a mesma política nem sempre é necessária em todos os países simultaneamente. Esta política tem repercussões em toda a vida econômica da comunidade. (HARROD, 1933, p. 7-8)

Respondidas quais as diferenças do comércio de regiões de um país com países diferentes, a próxima pergunta a ser respondida na subseção seguinte é: quais as vantagens do comércio exterior? De acordo com o autor, esta pergunta é conveniente por ser um ponto no qual alguns conceitos são mal interpretados e também por elucidar os mecanismos pelos quais o comércio externo realmente acontece. (HARROD, 1933, p. 10-12)

3.3.2. As Vantagens do Comércio Exterior

O comércio exterior é visto como consequência do processo de divisão internacional do trabalho. Sobre esta, duas linhas podem ser assinaladas, sendo a segunda a mais relevante: a) divisão das tarefas do processo produtivo em partes, com o objetivo de tornar simples o trabalho executado por cada trabalhador; e b) a adaptação do sistema produtivo que destina àqueles com mais talento ou facilidade determinados tipos de trabalhos. (HARROD, 1933, p. 9)

As vantagens, talentos ou facilidades que os países possuem na produção de determinados bens são a principal causa da divisão internacional do trabalho. Em primeiro lugar, estas vantagens podem ter tido sua origem na abundância ou presença de recursos naturais; alguns produtos como café, por exemplo, requerem um clima específico para seu cultivo. Em seguida, a distribuição desigual da população, tornaria o comércio exterior interessante, os países com população densa em proporção a capacidade do seu solo naturalmente empregariam seus recursos nos processos que não necessitam do uso do solo e trocariam bens manufaturados com as demais regiões. Além disso, as habilidades dos indivíduos são diversas podendo se dar em decorrência de maiores destrezas manuais, habilidades científicas, estratégias políticas e organizacionais oriundas da própria organização da sociedade ou dos acontecimentos históricos vividos por aquela nação. Por fim, há o legado do passado, uma sociedade pode ter tido uma ótima estrutura de organização no passado e este conhecimento construído a época faz parte do presente e das formas de produção atuais. (HARROD, 1933, p. 10-12)

Estudos sobre comércio exterior trabalham com a definição da Lei dos Custos Comparativos e estabelecem este conceito a partir da avaliação de dois produtos de dois países diferentes ou levando em consideração um país como sendo o “país de origem” e os demais como “resto do mundo”⁶. A lógica nesta análise é a de que o país de origem produzirá para si e exportará os produtos que consegue produzir de maneira menos custosa e importará do resto do mundo os demais produtos que são mais baratos lá.

Uma necessidade deste exercício é a de tornar comparáveis os custos de duas mercadorias. A mesma unidade não precisa e não deve ser usada para medir os custos do país de origem e do resto do mundo. O custo pode ser medido em termos de esforços ou de recompensa que é paga pelo esforço gasto na produção da mercadoria. Se os valores relativos dos vários fatores de produção forem determinados, é possível comparar o custo de produção das mercadorias A, B, C e assim em diante, no mesmo país de forma inequívoca. Já para países diferentes, as unidades das mercadorias também devem ser definidas. Estas podem ser medidas de acordo com o seu custo, ou seja, X dias de trabalho, ou X cestas de mercadorias. (HARROD, 1933, p. 13)

Supondo que o país de origem tenha vantagens na produção de uma mercadoria B em relação ao resto do mundo e os custos para de produzir a mercadoria A sejam os mesmos. Esta vantagem não pode ser observada a partir da análise entre os custos do país de origem e do resto do mundo pois não há unidade em comum que meça os custos entre eles, uma vez que os fatores são remunerados de maneiras diferentes nas duas localidades, e sim a partir da relação entre os custos internos do resto do mundo para a produção das mercadorias A e B. Neste exemplo, os recursos produtivos podem ser aplicados com igual eficácia à produção das unidades A ou B no país de origem, mas no resto do mundo as unidades de A são produzidas com mais eficácia do que as de B.

A partir disso, o país de origem passará a produzir mais da mercadoria B para que possa exportá-la para o resto do mundo importando A em troca. Ao transferir o esforço produtivo de B para A, o resto do mundo produzirá mais unidades de A que ele estava produzindo de B e ao transferir o esforço produtivo de A para B, o país de origem não produz menos unidades de B do que ele produzia de forma ativa. O ganho com o comércio exterior não depende do custo comparativo da produção de A no país de origem

⁶ O termo “no exterior” é utilizado como uma abstração. O mundo exterior não é um lugar homogêneo, mas consiste em um grande número de países particulares, cada um com suas próprias condições.

e no exterior, mas da relação entre o custo da produção de A e B no resto do mundo. Este ganho só será possível caso as proporções sejam diferentes.

Dessa forma, quanto maior for a diferença entre relação entre os custos de produção no país de origem e no resto do mundo, maior será o volume do comércio entre eles. O tamanho do resto do mundo, ou do país com o qual se estiver trocando, também implica num maior ou menor crescimento do comércio exterior. No caso, quanto maior for o resto do mundo, maior será o ganho com o comércio, ou seja, uma melhoria geral da eficiência produtiva em todo o mundo exterior, ou um crescimento da população, gerariam, portanto, uma vantagem. Além destes fatores, uma redução nos custos com transporte ou nas dificuldades que venham a ocorrer nas vendas ou compras no mercado internacional, que podem estar relacionadas a regulação, por exemplo, ampliam as possibilidades de comércio externo. (HARROD, 1933, p. 37)

Acima foram apresentados os principais determinantes da possibilidade de comércio exterior. Dessa forma, agora é preciso entender se os países de fato tendem a distribuir seus recursos produtivos de acordo com as vantagens e custos da divisão internacional do trabalho e por qual mecanismo este processo ocorre. Além disso, a questão da distribuição do volume de emprego em relação ao comércio internacional também deve ser explorada.

3.3.3. A Divisão Internacional do Trabalho e seu Mecanismo de Funcionamento

Respondendo à questão de como são distribuídos os recursos produtivos, os economistas clássicos acreditavam que os frutos da divisão internacional do trabalho seriam distribuídos até o ponto em que cada nação produzisse as mercadorias nas quais tivesse maiores vantagens de comércio e, dessa maneira, os preços tenderiam a se equalizar por todo o mercado internacional. Para tanto, seria necessário que se cumprisse a condição de livre comércio, que viabilizaria uma igualdade de preços internamente e mundialmente.

Além disso, para garantir a melhor divisão internacional do trabalho, a remuneração dos fatores de produção empregados em atividades que incorporassem um determinado grau de habilidade deveria convergir, mesmo em diferentes ocupações, e os produtores deveriam estar dispostos a produzir até o ponto em que os custos da produção fossem equivalentes aos preços das mercadorias. Como observado, a melhor divisão do

trabalho ocorrerá quando as relações entre os custos de produção foram iguais em países diferentes, o que, por sua vez, ocorrerá quando as condições acima forem cumpridas, estando os fatores de produção obtendo a mesma recompensa em diferentes campos e nenhum ganho sendo obtido por meio da transferência de seus serviços de um campo para outro.

Respondido o primeiro ponto, agora serão apresentadas as circunstâncias nas quais um país estará apto a fazer o melhor uso de seus recursos produtivos. Para isso, Harrod (1933) faz uma classificação de bens para posteriormente fazer considerações sobre seus níveis de preços. Os bens da categoria A, são aqueles de caráter homogêneo, que são negociados num mercado cuja situação se aproxima de uma concorrência perfeita, e são aptos a serem comercializados no mercado internacional a um preço comum. Os exemplos dessa categoria de bens são as matérias-primas e os alimentos. Os bens da categoria B são produtos diferenciados. São aqueles nos quais trabalho é incorporado as matérias primas resultando num produto final com finalidade específica, diferenciação de qualidade e design e preços que se distanciam de acordo com as características próprias de cada produto. Por fim, os bens C são aqueles incapazes de ingressar no mercado internacional em virtude de sua natureza, como casas, plantas, serviços públicos e domésticos, entre outros. Estes bens não são comercializáveis fora do país e não podem ser movidos.

Os preços dos bens da categoria A são os mesmos independente do país. O preço de uma mercadoria A em um país será o mesmo que em outro país adicionando-se os custos com transporte e/ou o valor equivalente ao gasto com impedimentos de trocas como tarifas. Os preços de mercadorias como as B também tendem a ser os mesmos, mas as forças que operam para que isto ocorra enfrentam maior atrito para estes bens do que para A. Não há tendência para que os preços de bens C convirjam, assim como não há para bens de produção. Estes tem seu nível de preços determinado de acordo com sua eficiência na produção das mercadorias A ou B.

É mediante a tendência de as remunerações dos fatores serem fixas a níveis proporcionais às suas eficiências em seus países de origem que a lei dos custos comparativos se transforma na lei dos preços relativos que atua sobre o mercado. Se as recompensas para os fatores forem corrigidas abaixo do nível apropriado, os lucros serão anormalmente elevados, mas a operação da lei dos custos comparativos não será

distorcida. Se recompensas fixadas acima do nível apropriado, isso tenderá a causar desemprego.

3.3.4. O Multiplicador do Comércio de Harrod (1933)

Muitos autores, inspirados na teoria pós-keynesiana, dirigiram seus esforços para o estudo do multiplicador do comércio exterior de Harrod (1933), que difere do multiplicador keynesiano tradicional. Redescoberto por Kaldor, o multiplicador de Harrod tem papel fundamental no debate da Lei de Thirlwall (1979), que é considerada sua extensão dinâmica.

O ressurgimento do multiplicador de Harrod na teoria do crescimento econômico ocorre por meio de sua versão dinâmica, proposta por Thirlwall (1979) e demonstra, com algumas restrições, que a taxa de crescimento da renda doméstica é determinada pelo próprio multiplicador da seguinte forma:

$$Y = x / (dM/dY) (Y/M) \quad (3.2)$$

Onde x é a taxa de crescimento das exportações, (dM/dY) é a propensão marginal a importar e (Y/M) é a propensão média a importar. Se as propensões média e marginal a importar forem constantes, e os gastos do governo, investimento e demais itens do gasto exógeno forem dados, a taxa de crescimento do produto será inteiramente determinada pela taxa de crescimento das exportações.

Para chegar a esta conclusão Harrod (1933) assume que produção doméstica (Y) é composta por bens destinados ao consumo doméstico (C) e à exportação (X). São desconsiderados os gastos do governo e com investimentos, e indivíduos e empresas gastam o total de suas receitas, sendo a única variável dos gastos exógenos, as exportações. Sendo Y a produção e M as importações, então:

$$Y = C + X - M \quad (3.2)$$

Como Harrod assume que os fluxos de capital são iguais a zero, as trocas encontram-se em equilíbrio:

$$X = M \quad (3.3)$$

o que significa dizer que:

$$Y = C \quad (3.4)$$

Considerando que as importações são uma função linear da renda, tem-se que:

$$X = M = mY \quad (3.5)$$

E sendo que a renda é totalmente determinada pelo crescimento das exportações, então:

$$Y = X/m \quad (36)$$

Assim, o multiplicador do comércio exterior de Harrod (1933) será:

$$dY / dX = 1/m \quad (3.7)$$

O que significa dizer que um aumento nas exportações aumenta a renda na extensão do multiplicador, determinado pelo tamanho da propensão a importar (m).

O método do multiplicador consiste em dividir a renda em duas partes, a primeira é aquela derivada das receitas dos que gastam parte de sua renda com bens domésticos (C) necessários para dar continuidade a produção, e a outra parte é derivada de outra fonte. O total da renda pode ser deduzido se for conhecida a proporção das receitas que os recebedores desta gastam de maneira a não deixar que haja vazamentos. A parte do rendimento não derivado dos gastos de renda pode ser chamada de base (X). (HARROD, 1933, 121)

O multiplicador é um dos elementos reconhecidos por Thirlwall e McCombie como uma das bases fundamentais para os modelos de crescimento restrito pela balança de pagamentos, sendo que as conclusões do trabalho de Thirlwall de 1979 são consideradas uma extensão dinâmica do multiplicador. Thirlwall reconhece, inclusive, que seu modelo orientado pela demanda, no qual o crescimento da produção depende do crescimento das exportações em uma economia aberta, está de acordo com a dinâmica do multiplicador do comércio de Harrod. (MCCOMBIE, 1998; THIRLWALL, 1998)

A hipótese de que o nível de produção dos países industrializados é explicado pelo princípio do multiplicador do comércio exterior e pelo mecanismo que cada país deve operar para manter sua balança de pagamentos em equilíbrio está, de acordo com Kaldor (1979, apud CASTILLO, 2011), em conformidade com o princípio da demanda efetiva de Keynes, e pode ser um marco analítico no que diz respeito ao estudo do crescimento econômico e das transformações estruturais das economias em desenvolvimento, e dos altos e baixos da economia mundial. Thirlwall e McCombie (1994) sugerem, que o multiplicador Harrod teria um forte poder explicativo em muitos países e que as diferenças entre o desempenho de exportação e desempenho de importação são fontes que explicam as diferenças nas taxas de crescimento a nível internacional. A seção seguinte tratará de apresentar a versão dinâmica do multiplicador, a Lei de Thirlwall (1979) propriamente dita, e os principais trabalhos que foram inspirados por essa literatura e tem como base a restrição no balanço de pagamentos das economias.

3.4. A Lei de Thirlwall e os Modelos de Restrição no Balanço de Pagamentos

3.4.1. A Lei de Thirlwall (1979) e suas Evoluções

A seções anteriores fizeram uma reconstrução das contribuições que levaram Thirlwall ao seu trabalho de 1979. A influência dos autores pós-keynesianos e suas premissas pode ser vista nitidamente nas obras do autor, assim como seu viés kaldoriano. Portanto, para completar o capítulo em questão, esta seção apresentará a Lei de Thirlwall (1979) em sua versão original, bem como suas extensões, uma vez que a partir do trabalho de 1979 outros autores foram aperfeiçoando o original e incluindo novas variáveis tornando-o mais completo.

Dentro do arcabouço da Lei de Thirlwall, o crescimento é resultado de um processo de causação circular cumulativa liderado pelas exportações - herança kaldoriana -, no qual a demanda doméstica tem uma função incontestável visto que ativa o

mecanismo de produtividade responsável por promover a competitividade das exportações necessária para que se eleve novamente a renda doméstica e assim sucessivamente.

Como inicialmente os modelos kaldorianos não levavam em consideração o fato de o aquecimento da demanda doméstica ocasionar uma elevação das importações, Thirlwall e Dixon (1979) apresentaram uma crítica com base no argumento de que esta elevação deveria ter um reflexo nas exportações para que pudesse se financiar de maneira sustentável, e Thirlwall (1979) propôs um modelo que incluía uma equação de demanda por importações e, de maneira que, igualando-a a equação de exportações impõe-se uma igualdade que preserva o crescimento sustentável no longo prazo.

Segundo Thirlwall (1979), nenhum país poderia apresentar um crescimento persistente sem que este respeitasse como restrição fundamental o equilíbrio do balanço de pagamentos. Tal restrição, para Thirlwall (1979), estava estreitamente relacionada às características dos bens e serviços que compunham as pautas de exportação e importação de uma economia.

O texto de Thirlwall de 1979, hoje considerado um clássico, teve como objetivo buscar explicações sobre o porquê de alguns países apresentarem taxas de crescimento mais elevadas que outros. O autor retoma a abordagem neoclássica, que se baseia na oferta de fatores para explicar tais diferenças, entretanto, considera insuficiente por não explicar as razões pelas quais a oferta de fatores nos países desenvolvidos é diferente da dos subdesenvolvidos.

Thirlwall (1979) recorre então, ao referencial keynesiano, que tem como enfoque o comportamento da demanda e acredita que a oferta, dentro de seus limites, ajusta-se a ela. A ênfase dada a demanda como um motor do sistema econômico, não é nova na literatura, sendo trabalhada por economistas como Keynes, Kaldor, Prebisch e McCombie. Dessa maneira, a resposta para a pergunta inicial do trabalho é a de que as taxas de crescimento dos países se diferem porque o crescimento da demanda desses países é diferente. Para o referencial pós-keynesiano em questão, o principal limitante da demanda é o balanço de pagamentos dos países. O artigo pretende mostrar como a taxa de crescimento de uma economia pode ser explicada pela taxa de crescimento das exportações dividida pela elasticidade renda da demanda por importações. Parte-se então da equação de equilíbrio da balança comercial:

$$Pd Xt = Pf Mt Et \quad (3.8)$$

na qual Pdt são os preços domésticos; Xt são as exportações; Pft são os preços externos; Et é a taxa de câmbio nominal; e Mt são as importações; E em forma de taxa de crescimento, de modo que tem-se:

$$pd xt = pf mt et \quad (3.9)$$

A função demanda por importações é dada por:

$$Mt - (PftEt)^\psi Pdt^\phi Yt^\pi \quad (3.10)$$

onde: ψ é a elasticidade-preço das importações; ϕ é a elasticidade-preço cruzada; π é a elasticidade-renda das importações; e Y é a renda interna. Assim, em termos de taxa de crescimento, torna-se:

$$mt = \psi pft + \psi et + \phi pdt + \pi yt \quad (3.11)$$

De forma análoga, a demanda por exportações é dada por:

$$Xt = \left(\frac{Pdt}{Et} \right)^\eta Pft^\tau Z^\varepsilon \quad (3.12)$$

onde: η é a elasticidade-preço das exportações; τ a elasticidade-preço cruzada; ε a elasticidade-renda das exportações; e Z é a renda externa. Novamente, em termos de taxa de crescimento, torna-se:

$$xt = \eta pdt - \eta et + \tau pft + \varepsilon zt \quad (3.13)$$

Substituindo estas equações e isolando yt , o resultado encontrado para a taxa de crescimento do PIB com equilíbrio da balança comercial é:

$$ybt = \frac{pdt(1 + \eta - \phi) - pft(1 - \tau + \psi) - et(1 + \eta + \psi) + \varepsilon zt}{\pi} \quad (3.14)$$

A partir dessa equação e supondo que a elasticidade-preço da demanda por importações e exportações é igual à sua elasticidade-preço cruzada, ou seja, $\psi = \phi$ e $\eta = \tau$. Com efeito, obtém-se as seguintes equações para demanda por importações, para demanda por exportações e para a taxa de crescimento do PIB compatível com o equilíbrio da balança comercial:

$$mt = \psi(pf + e - pd) + \pi y \quad (3.15)$$

$$xt = f(pd - pf - e) + \varepsilon z \quad (3.16)$$

$$ybt = \frac{(1 + \eta + \psi)(pd - pf - e) + \varepsilon zt}{\pi} \quad (3.17)$$

Tendo estas últimas três equações em mente, e considerando que no longo prazo valeria a paridade do poder de compra ($pdt - pft - et = 0$), então é possível chegar a uma versão simplificada do raciocínio feito acima. A equação final da Lei de Thirlwall, como segue:

$$ybt = \frac{xt}{\pi} \quad (3.18)$$

Na qual taxa de crescimento compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos é igual à razão entre o crescimento das exportações e a elasticidade-renda das importações.

Algumas das conclusões mais importantes que emergem da equação 3.18 que podem ser inferidas são:

- i. A depreciação nominal do câmbio, *ceteris paribus*, satisfeita a condição de Marshall-Lerner⁷, conduz a uma maior taxa de crescimento equilibrado do produto doméstico;

⁷ A condição de Marshall Lerner nos dirá que sempre que a elasticidade das exportações somadas a elasticidade das importações em relação ao câmbio for maior que um, uma desvalorização cambial irá acarretar em um aumento das exportações líquidas.

- ii. O aumento da inflação doméstica diminui o crescimento do produto de equilíbrio externo; ao passo que uma redução desta inflação aumenta o crescimento do produto;
- iii. O aumento da taxa de crescimento da renda externa, bem como a redução da elasticidade-renda doméstica das importações aumenta a taxa de crescimento equilibrado.

Este trabalho abriu espaço para que outros autores seguissem aprimorando o modelo de Thirlwall (1979). O texto de Thirlwall e Hussain (1982) introduziu fluxos de capitais ao modelo, que é uma variável relevante do ponto de vista das economias em desenvolvimento, que crescem por meio da atração de capitais estrangeiros, capaz de permitir que as importações dessas economias fossem financiadas via endividamento externo. Com a introdução de fluxos financeiros ao modelo, este trabalho deu origem a uma nova linha de pesquisa dentro da Lei de Thirlwall.

Em seguida, Moreno-Brid (1998-1999) objetivou adaptar o modelo de crescimento com restrição no balanço de pagamentos às economias em desenvolvimento e emergentes. O autor alega que as restrições contábeis impostas por Thirlwall e Hussain (1982) não seriam suficientes para garantir que a evolução dos fluxos de capital estrangeiro não geraria um padrão sustentável de endividamento externo. De fato, apresentou um modelo de crescimento que considera restrições simples à evolução das entradas de capital estrangeiro, o que restringiria a expansão da dívida externa, ou seja, a relação entre o déficit em conta corrente (F) e a renda (Y) deve ser mantido equilibrado.

Em 2003, Moreno-Brid apresentou uma nova versão de seu próprio modelo, que considerou também os pagamentos de juros líquidos no exterior, para melhor adaptar a realidade dos países emergentes, particularmente, dos latino-americanos, mantendo uma restrição para o crescimento da sustentabilidade da dívida externa.

Araujo e Lima (2007) ressaltam que, estes modelos pós-keynesianos de crescimento enfatizam o papel da demanda, mas sem abandonar o lado da oferta, mostrando que a diferença entre as elasticidades renda da demanda por importações e exportações exprime a estrutura produtiva da economia. Neste trabalho, a atenção dos autores volta-se para a mudança estrutural, buscando expô-la de acordo com Pasinetti (1981, 1993), que trabalha com um modelo multisetorial no qual a estrutura produtiva da economia estabelece as diferenças entre as taxas de crescimento dos países, sendo que a composição setorial de cada economia pode definir o comportamento de variáveis econômicas importantes.

Araújo e Lima (2007) apresentaram uma versão multisectorial da Lei de Thirlwall, com base na microdinâmica pasinettiana. Neste trabalho, o crescimento per capita é determinado pela composição setorial da economia, sendo esta aberta. A chamada Lei de Thirlwall Multisectorial mostra que a taxa de crescimento de uma economia em desenvolvimento está diretamente relacionada ao crescimento das exportações e a elasticidade renda da demanda por exportações, mas negativamente relacionada a elasticidade renda da demanda por importações.

A inovação do modelo são os pesos dados a elasticidade-renda, de acordo com a participação de cada setor nas exportações e importações agregadas, o que sugere que as mudanças na composição da demanda ou na estrutura produtiva, que não se refletem em mudanças nas elasticidades-renda (que permanece constante), mas vêm das mudanças na participação de cada setor nas exportações ou importações agregadas. Em outras palavras, um país pode elevar sua taxa de crescimento mesmo quando a renda externa permanece constante, já que este pode alterar a composição setorial das suas exportações ou importações, o que os autores chamam de mudança estrutural (ARAÚJO; LIMA, 2007). Ainda sobre a versão multisectorial, a incorporação de fluxos de capitais setoriais foi recentemente desenvolvida pelo trabalho de Silva, Santos & Baptista (2016)

3.4.3. Para onde caminham estes modelos

A teoria pós-keynesiana moderna caminha para modelos complexos como os da chamada abordagem Stock-Flow Consistent (SFC), que, de maneira resumida, consiste num método de modelagem macroeconômica que se apoia em uma estrutura contábil buscando integrar, de maneira consistente, fluxos de riqueza com balanços patrimoniais de diferentes setores. Dessa maneira, essa estrutura contábil impede que se formem “buracos negros”, ou seja, garante que “tudo vem de algum lugar e vai para algum lugar”. (GODLEY; LAVOIE, 2007)

Neste tipo de modelagem, são construídas duas matrizes contábeis: o balanço patrimonial e a matriz de transações da economia. Para isso, são definidos os agentes, que em geral são os setores institucionais, assim como seus ativos e passivos que são apresentados no balanço patrimonial junto com as transições realizadas entre os setores. A matriz de transações, por sua vez, descreve os fluxos financeiros entre esses setores, assim como os ganhos e perdas de capital incorridos pelos mesmos. Juntas, as duas

matrizes asseguram que a “economia artificial” está sendo retratada de maneira fiel e com base em uma série de ressalvas lógicas, sendo também uma forma de se checar a consistência das hipóteses do modelo. Estas restrições determinam que as decisões dos agentes em cada período contábil são restrinvidas pelos seus valores que possuíam inicialmente, o que foi adquirido no decorrer do período e o acesso ao crédito que lhes foi dado. As identidades contábeis, por sua vez, determinam que o todo será a soma das partes, e, dessa forma, a combinação de estoques e fluxos deverá ter uma contrapartida em algum lugar da economia em questão.

De acordo com este tratamento, as estruturas contábeis são ateóricas, sendo apenas o “esqueleto” do modelo econômico, regidas por equações comportamentais que dão vida ao modelo. (DOS SANTOS; ZEZZA 2004) É interessante notar que, são as hipóteses das equações comportamentais que tornam esta abordagem pós-keynesiana. Um exemplo disso é a igualdade entre as equações de importações e exportações, que é uma condição do modelo pós-keynesiano que tem como intuito garantir que o crescimento da renda de determinado país não ultrapasse o crescimento possível dentro do equilíbrio do balanço de pagamentos. Sendo assim, uma equação comportamental deste tipo, poria uma restrição ao crescimento desta economia modelando-a de acordo com uma crença típica da vertente da qual Thirlwall faz parte. Os setores institucionais são modelados de acordo com a análise desta vertente, e seus comportamentos são simulados em conformidade com o que a corrente pós-keynesiana acredita.

O resultado deste exercício é uma série de equações em diferença (diferenciais) que geram os parâmetros de acordo com as hipóteses comportamentais e que, dessa forma, são origem as trajetórias de cada uma das variáveis endógenas modeladas, assim como seus equilíbrios intertemporais. A partir das simulações providas pelo modelo, o pesquisador é capaz de conhecer melhor a dinâmica e a sensibilidade das variações nestas variáveis, bem como utilizá-las para sua análise, determinando trajetórias e explorando as possibilidades de comportamento dos agentes institucionais para determinar se estas serão convergentes ou explosivas. Com isso, seria possível investigar com mais minúcia como e quais mudanças no sistema econômico teriam que ocorrer para que este cresça de forma estável e sustentada.

3.5. Uma Síntese da Contribuição Pós-Keynesiana/Kaldoriana

A partir das seções anteriores, o presente capítulo buscou estruturar a argumentação por trás de Lei de Thirlwall com o intuito de construir uma linha da história da formação da mesma, trazendo as principais escolas em que Thirlwall se apoiou para chegar à suas conclusões finais. Sendo assim, foram apresentadas as premissas keynesianas, pós-keynesianas com ênfase nos trabalhos pós-keynesianos/kaldorianos e o multiplicador de Harrod (1933), que é uma peça fundamental desta abordagem.

As duas primeiras seções foram responsáveis por identificar os elementos que caracterizam a vertente pós-keynesiana/kaldoriana e mostrar como estes colaboraram com a criação da Lei de Thirlwall e de que maneira influenciaram a corrente da qual este autor faz parte. O destaque neste sentido vai para a percepção do papel da demanda como determinante do nível da produção e do emprego, e para a formação de expectativas num ambiente caracterizado pela incerteza no sentido keynesiano. Na sequência, as observações referentes aos ciclos econômicos e ao crescimento de longo-prazo, que tem como último determinante a demanda agregada, foram feitas com base no trabalho de Lavoie (2014) e na contribuição de Kaldor.

A terceira seção deste capítulo ficou encarregada por resgatar a análise do multiplicador de Harrod com base em seu livro *International Economics* (1933). O conteúdo do livro é apresentado a partir de perguntas primordiais referentes ao comércio internacional. As perguntas tornam-se mais complexas conforme o autor avança em seu raciocínio e a construção da obra culmina na conclusão do multiplicador do comércio de Harrod, que alega que um aumento nas exportações aumenta a renda na extensão do multiplicador, que é determinado pelo tamanho da propensão a importar.

Por fim, a seção final trouxe a análise da Lei de Thirlwall. Conclui-se ainda que, a contribuição de Thirlwall em 1979 e os modelos pós-keynesianos assumiam que a produção no longo prazo se ajustaria ao crescimento da demanda agregada autônoma, formada essencialmente pelas exportações da economia em questão. Todavia, a presença de restrições à expansão do nível da produção como reflexo da expansão da demanda externa não havia sido incluída nestas análises. O que veio a ser a inovação do modelo de Thirlwall foi a incorporação de uma equação de importações e uma de exportações e a adoção de um pressuposto de que estas são uma identidade, de maneira a impor uma restrição ao crescimento da renda com base no equilíbrio no balanço de pagamentos. Isto posto, é possível que, mesmo em uma situação de crescimento acelerado e expansão das

exportações, haja déficit comercial, uma vez que o crescimento dependerá também da elasticidade renda das importações.

Nesse sentido, o modelo de Thirlwall (1979) dialoga com a tendência aos desequilíbrios externos das economias periféricas, de Prebisch, sendo que em ambas as abordagens o papel da estrutura produtiva é primordial para o crescimento econômico e pode gerar desequilíbrios estruturais no balanço de pagamentos. Além disso, a análise da disparidade entre as elasticidades é um elemento central para ambos os autores. A semelhança com a escola de pensamento da CEPAL é clara, como o próprio Thirlwall chega a afirmar:

A longo prazo, a única solução segura para elevar a taxa de crescimento de um país, em consonância com o equilíbrio do balanço de pagamentos da conta corrente, é a mudança estrutural, no sentido de aumentar ε e reduzir π . Voltamos às ideias de Raúl Prebisch e à questão da política industrial mais apropriada para os países, bem como a importância da manutenção de mecanismos de proteção da economia. (Thirlwall, 2002, p. 69)

Dessa forma, o capítulo final do trabalho, terá como suporte as teorias estruturalista e pós-keynesiana do crescimento, e buscará demonstrar por meio da análise comparativa dos trabalhos dessas duas vertentes, de que maneira estas teorias estão relacionadas, vislumbrando traçar uma relação de possível influência do referencial cepalino sobre o pós-keynesiano.

CAPÍTULO 4. A INFLUÊNCIA DA CEPAL NA VERTENTE PÓS-KEYNESIANA/KALDORIANA

4.1. Contextualização e Afinidades

Os capítulos anteriores desta dissertação trabalharam no sentido de apresentar tanto a teoria cepalina estruturalista quanto a corrente pós-keynesiana com foco na vertente kaldoriana, que teve sua explanação norteada pelos modelos de crescimento com restrição no balanço de pagamentos desenvolvido por Thirlwall. Desta forma, o capítulo um percorreu as principais teses da CEPAL e enfatizou a questão das elasticidades renda da demanda por importações e exportações assim como os desequilíbrios causados pela industrialização periférica. O segundo capítulo, por sua vez, conduziu a discussão sobre a obra TG e seus desdobramentos na década de 1930, bem como as correntes que surgiram a partir de sua publicação em 1936, em particular a teoria pós-keynesiana e kaldoriana.

Em razão disto, este capítulo foi construído buscando unir os elementos que compunham a vertente da qual Thirlwall faz parte, conhecida como pós-keynesiana/kaldoriana, e que tem como alicerce o trabalho do autor de 1979, no qual é exposta a Lei de Thirlwall que, em suma, será equivalente à análise de Prebisch.

Deste modo, este capítulo final tem como objetivo apresentar as afinidades diretas entre as duas vertentes, expondo a mudança estrutural presente em ambas as abordagens e demonstrando a similaridade de pensamento dos autores. Para tanto, o capítulo divide-se em quatro subseções, sendo esta a primeira, que buscará ilustrar os principais questionamentos norteadores de Prebisch e Thirlwall, com o intuito de contextualizar seus trabalhos às especificidades do período histórico no qual as obras foram escritas, para mostrar que apesar de partirem de abordagens e métodos diferentes chegaram as mesmas respostas.

A subseção seguinte, por sua vez, fará um esforço no sentido de demonstrar as afinidades e o vínculo entre as duas vertentes, já que a hipótese do trabalho é que, em alguma medida, a teoria pós-keynesiana/ kaldoriana poderia ter sofrido influência do referencial cepalino. Ademais, serão apontadas algumas divergências entre as obras dos autores, uma vez que ambas possuem particularidades, de modo a tornar mais clara a aproximação entre as duas vertentes, principalmente através do conceito de mudança estrutural refletido em Thirlwall (1979) por meio da disparidade entre as elasticidades. Por fim, a última subseção fará uso das exposições feitas até aqui e do paralelo estabelecido entre os autores para enfatizar a temática da dependência tecnológica nos países em desenvolvimento, num contexto de mudanças estruturais e alteração da estrutura produtiva.

4.1.1. As Questões Norteadoras do Pensamento de Prebisch

Apesar de não ser um trabalho biográfico, para situar os questionamentos de Prebisch que o levaram a chegar a relação entre as elasticidades, algumas considerações relacionadas às fases de seu pensamento serão feitas. Em seu ensaio “*Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo*” para o Banco Mundial, em 1982, Prebisch olha para sua carreira e identifica cinco fases que caracterizam a transformação/evolução de seu pensamento sobre desenvolvimento econômico. (PREBISCH, 1982; COUTO, 2007)

A primeira etapa diz respeito às ideias desenvolvidas entre 1943 e 1949, de identificação com a heterodoxia e consciência dos efeitos dos ciclos econômicos. A segunda, que vai de 1949 a 1959, é a etapa na qual o autor se envolve com a análise do sistema centro-periferia e da deterioração dos termos de troca. A terceira, por sua vez, vai de 1959 a 1963 e é marcada pelo raciocínio da insuficiência dinâmica das economias periféricas. Já a quarta, refere-se ao período que passou pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), ao passo que a quinta, marca sua aproximação com o pensamento marxista, e vai desde 1970 até sua morte em 1986. (PREBISCH, 1981; COUTO, 2007)

As etapas relevantes para este trabalho são a segunda e a terceira. A primeira etapa foi marcada pelos seguintes questionamentos: por que ele (Prebisch) teria se afastado de suas crenças ortodoxas marginalistas? Qual a relevância do Estado no desenvolvimento das economias? Por que as políticas das economias centrais não funcionavam na periferia? De acordo com Couto (2007), estas são perguntas que encontrariam respostas na segunda etapa do pensamento do autor. Além disso, o conceito de ciclos econômicos, nesta etapa, teria sido fundamental para estabelecer as bases do que viria a se constituir sua teoria do desenvolvimento econômico.

Nota-se que, durante a segunda etapa Prebisch ingressa na CEPAL, em 1949, e passa a apresentar opções às propostas ortodoxas em voga no período. Seu texto “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, deste mesmo ano (1949), seria o trabalho que carregaria a essência do pensamento da CEPAL e a concretização e formalização do sistema centro-periferia. Neste texto, estavam as ideias que Prebisch já vinha desenvolvendo na etapa anterior: desequilíbrio do balanço de pagamentos provocado pelo baixo coeficiente de importações dos Estados Unidos e a importância (e limitação) da industrialização. Além disso, introduz a elasticidade renda da demanda como outra fonte de desequilíbrio na periferia, como já explicado nos capítulos anteriores: à medida que cresce a renda, diminui a demanda relativa por bens primários e aumenta a demanda relativa por bens industriais⁸. (COUTO, 2007)

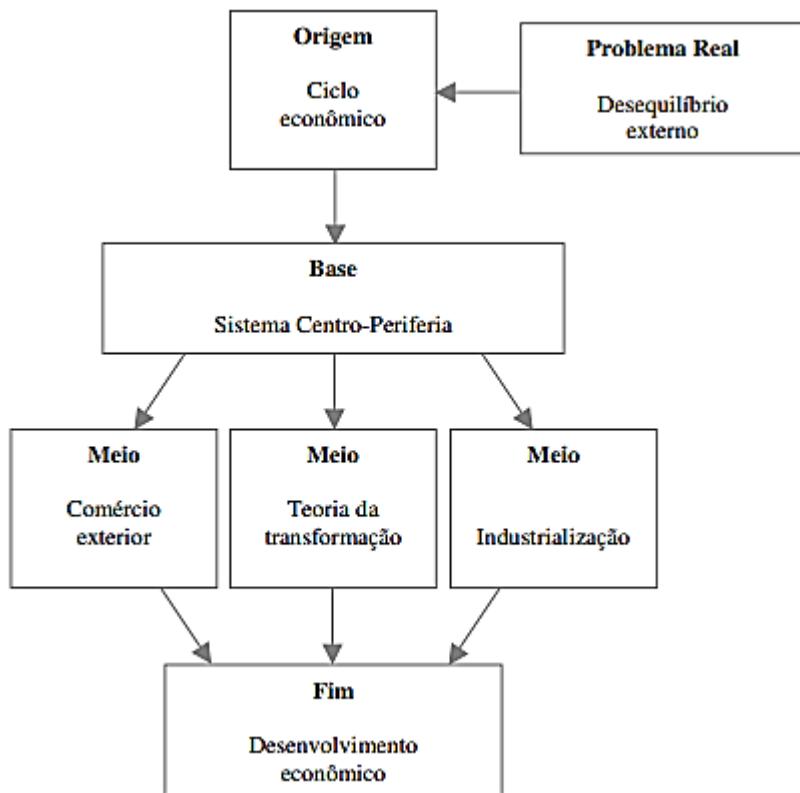
⁸ No ano de 1950, o autor Hans Singer, ficou conhecido por sua teoria sobre a deterioração advinda da disparidade entre as elasticidades, fazendo com que esta ficasse conhecida como Prebisch-Singer, por serem extremamente parecidas.

A partir das motivações do autor e de suas conclusões, Prebisch enxergava como uma saída para o subdesenvolvimento a industrialização das economias periféricas. No entanto, tinha consciência de que o processo de substituição de importações carregava consigo limites como a pequena escala de produção e a baixa poupança interna para inversões. (COUTO, 2007) As seguintes questões, referentes à industrialização, inquietavam o autor: O que deve ser feito com recursos produtivos além do ponto em que a expansão das exportações primárias gera uma queda nos preços? Esses recursos deveriam ser usados para obter exportações adicionais, ou deveriam ser alocados na produção industrial para consumo interno? (PREBISCH, 1982, p. 16)

Durante a terceira etapa, a tese sobre a deterioração dos termos de troca passa a ser justificada por meio da elasticidade renda da demanda e da densidade tecnológica. Neste período, Prebisch passa a defender uma maior integração entre os países da América Latina com o intuito de promover uma industrialização coerente na região, uma vez que a fase de substituições mais simples (bens de consumo) havia chegado ao fim. Com um mercado comum latino-americano, estas economias ampliariam seus ganhos de escala assim como seu mercado consumidor. Neste sentido, o autor passa a defender a exportações de bens industrializados. (PREBISCH, 1982; COUTO, 2007)

A terceira etapa é conhecida também por ser a fase na qual o autor passa a dar destaque à acumulação e à distribuição, pontos que considerava impedimentos ao desenvolvimento econômico. O conceito de insuficiência dinâmica passa a ganhar notoriedade nesta fase. De acordo com Prebisch, o desenvolvimento só ocorreria se impulsionado de forma deliberada e racional pelo Estado, dinamizando a economia, e não a partir de uma estrutura guiada pelos mecanismos de mercado: “A insuficiência dinâmica da economia era a incapacidade do sistema de absorver o crescimento da população ativa e a desocupação provocada pelo progresso técnico”. (COUTO, 2007, p. 54)

Figura 1. Plano geral do pensamento de Raul Prebisch.



Fonte: Extraído de Couto (2007, p. 60).

Na concepção de Prebisch, o maior desafio das economias periféricas era a superação do desequilíbrio do balanço de pagamentos. Como explicações para este fenômeno, o autor considerava os efeitos dos ciclos econômicos, a elasticidade renda da demanda e o baixo coeficiente de importações dos centros. Os demais desdobramentos de sua análise, como a tese sobre a deterioração dos termos de troca não são as razões para o desequilíbrio externo, e sim expressão deste por meio dos ciclos econômicos (conjuntural) e da elasticidade renda da demanda (estrutural). (COUTO, 2007, p. 60)

Ademais, de acordo com Couto (2007), teria sido a análise dos ciclos econômicos o que ensejou a criação do sistema centro-periferia, que é a base teórica das ideias do autor e também por onde se encontram os meios para superação da condição periférica. Como aponta o autor:

Apesar dos demais meios, a industrialização foi a pedra angular da política de desenvolvimento preconizada por Prebisch e a Cepal. Cabia à indústria: modificar a estrutura produtiva da periferia, reduzir sua

dependência externa, ampliar os benefícios do progresso técnico e absorver a população desocupada. (COUTO, 2007, p. 61)

A industrialização, a inserção no comércio internacional, por meio da criação de um mercado comum latino-americano, e as propostas desdobradas de sua “Teoria da Transformação”, na qual, pela transformação do sistema econômico, se buscariam novas formas de acumulação e distribuição da renda, que seriam os meios para se alcançar o desenvolvimento da periferia latino-americana. O comércio e a indústria levariam as estruturas periféricas a este fim.

4.1.2. Questões Norteadoras do Pensamento de Thirlwall

Nesta subseção, busca-se apresentar as principais inquietações dos autores estudados no trabalho, em particular de Anthony P. Thirlwall. Em entrevista a John King, Thirlwall responde à pergunta sobre qual a origem de seu interesse pelo trabalho de Kaldor. Esta pergunta é pertinente aos objetivos deste trabalho, pois contribui para o entendimento das razões que levaram o autor a se debruçar sobre este referencial. A resposta de Thirlwall é que seu interesse surgiu, no início de sua carreira, quando estudava economia regional e escreveu muitos trabalhos sobre desemprego e crescimento regional. Neste contexto, o trabalho de Kaldor sobre modelos de crescimento regional liderado por exportações o inspirou bastante. Posteriormente, enquanto derivava as condições de estabilidade de um modelo de diferenças de taxa de crescimento regional em linhas kaldorianas em 1975, para verificar as condições em que as taxas de crescimento regional divergiam, ao invés de convergir para algum tipo de equilíbrio, Thirlwall e Robert Dixon começaram então a se comunicar com Kaldor. (THIRLWALL, 1992)

O autor diz ainda que seu trabalho de 1979 teria surgido deste outro projeto desenvolvido em parceria com Dixon, em seu modelo de crescimento regional kaldoriano, no qual o produto crescia de acordo com o crescimento das exportações e este, por sua vez, era determinado pelo crescimento da renda fora da região e pela competitividade dos artigos transacionados. O crescimento da produtividade, no que lhe concerne, seria determinado pelo crescimento do produto. O processo descrito é um processo circular e cumulativo de crescimento regional com o qual Kaldor teria tido contato devido à sua experiência trabalhando ao lado de Young. (THIRLWALL, 1987)

A partir do modelo circular de seu trabalho de 1975, Thirlwall diz que se impressionou com essa abordagem, pois em aplicação regional não são analisadas implicações no balanço de pagamentos, uma vez que regiões não tem, por exemplo, uma

taxa de câmbio para defender. No entanto, uma vez que aplicado à países, a trajetória do crescimento em equilíbrio seria insustentável já que se as importações superassem as exportações, surgiriam problemas no balanço de pagamentos. Depois de aplicar o modelo para o Reino Unido e alcançar o que consideraram boas expectativas das variáveis e parâmetros para estimar o crescimento real dos últimos anos, Thirlwall e Dixon encontraram taxas de crescimento superestimadas. (THIRLWALL, 1992)

Dando continuidade ao trabalho, Thirlwall direcionou seus esforços para o estudo destes modelos de crescimento restrito pelo balanço de pagamentos, inserindo a restrição no modelo desde seu desenvolvimento inicial, para depois derivar a taxa de crescimento já consistente com a restrição externa do país. De acordo com o autor, neste período dois economistas publicaram um documento que defendia que a Grã-Bretanha não estava enfrentando um problema de balança de pagamentos, uma vez que a relação entre os índices de importação e exportação como proporção do PIB moviam-se juntos. Diante disso, Kaldor se manifestou avesso a essas conclusões pois estes economistas não teriam percebido que se as exportações ou as importações mudassem de forma autônoma, então, por meio do multiplicador comercial de Harrod (1933), o nível do PIB mudaria preservando o equilíbrio da balança de pagamentos entre as exportações e as importações. Sendo assim, a igualdade entre importações e exportações não diz nada sobre o equilíbrio no balanço de pagamentos de um país, caso o nível de renda em que este saldo se estabeleceu não seja conhecido. (THIRLWALL, 1992)

Além disso, o autor também percebeu que se trabalhasse com o pressuposto de que os preços relativos se mantivessem inalterados e a restrição no balanço de pagamentos seguisse valendo, o resultado da derivação seria que a taxa de crescimento da renda será igual a taxa de crescimento das exportações dividida pela elasticidade renda da demanda por importações, que é uma equação análoga ao multiplicador de Harrod (1933), o que acabou se tornando um motivo adicional para Thirlwall e Kaldor se correspondessem. Por fim, em 1979, o autor foi para Cambridge, onde tirou um ano sabático com a intenção de explorar toda a obra de Kaldor. (THIRLWALL, 1992)

Convém destacar mais um trabalho do autor que muito acrescenta à esta análise, que é o “*Balance of Payments Constrained Growth Models: History and Overview*” de 2012. Neste, Thirlwall busca descrever os antecedentes da formulação de seu modelo de 1979 e, consequentemente, de suas extensões. Discute também os antecedentes históricos da abordagem de crescimento de longo prazo restrito pelo balanço de pagamentos, retomando aspectos do mercantilismo, o multiplicador do comércio de Harrod (1933), a

própria abordagem estruturalista de Prebisch, a contribuição de Chenery e a crítica a teoria do comércio ortodoxa, que se omitem de estudar os desequilíbrios no balanço de pagamentos, assim como suas consequências para a trajetória de crescimento das nações. (THIRLWALL, 2012, p. 2)

A análise histórica desta abordagem passa pelas obras de Ricardo; pela teoria do crescimento neoclássico de Solow e seu entendimento de que a balança de pagamentos e o crescimento da demanda não eram relevantes para explicar o crescimento de longo prazo das economias; pela lei de Say, de que a “oferta cria sua própria demanda”; pela concepção de que o balanço de pagamentos se ajusta de modo automático e que seria o crescimento dos fatores de produção exógenos, como o progresso técnico, que impulsionariam o crescimento econômico. De acordo com Thirlwall, Ricardo em seus “Princípios de Economia Política e Tributação” (1817), consentiu e aprimorou a lei de Say e expôs a teoria das vantagens comparativas que é a base para a teoria do crescimento que predominou desde então. O autor discorda de Ricardo por considerar que sua abordagem ignora os aspectos monetários do comércio, ou seja, desconsidera o equilíbrio entre exportações e importações conforme acontecem as trocas e os efeitos da especialização comercial que o balanço de pagamentos pode ter na economia real. (THIRLWALL, 2012, 5 - 10)

Deste modo, a subseção 4.1. apresentou, ainda que brevemente, parte dos motivos que levaram Prebisch e Thirlwall à dedicarem suas carreiras ao estudo dos desequilíbrios causados pelas restrições do balanço de pagamentos, contextualizando a forma com a qual Thirlwall se aproximou deste referencial. A seção seguinte aproximará as duas correntes como meio de ilustrar de que maneira a mudança estrutural está presente nestas abordagens e em que pontos elas se relacionam.

4.2. Estabelecendo o Paralelo: Prebisch x Thirlwall

Esta seção fará a correspondência entre as duas vertentes alvo deste trabalho. No entanto, algumas considerações em relação à amplitude de ambas as abordagens são necessárias. Vale a pena ressaltar, neste sentido, a abrangência dos estudos da CEPAL no que diz respeito ao desenvolvimento das economias latino-americanas. Algumas das principais contribuições da Comissão foram apresentadas no capítulo dois como o entendimento da deterioração dos termos de troca, da heterogeneidade estrutural e dos processos inflacionários da América Latina. Além disso, o arcabouço cepalino também conta com trabalhos de corte sociológico, desenvolvimento regional, urbanização,

crescimento e cultura, que se guiam pelo sistema centro-periferia e pelo método histórico-estrutural.

A compatibilidade estabelecida entre a contribuição da CEPAL - com foco em Prebisch - e a de Thirlwall, no que diz respeito a análise da disparidade entre as elasticidades-renda da demanda dos diferentes países, deu origem a trabalhos que se debruçaram sobre a temática em busca de avaliar em até que ponto as duas teorias estão, de fato, relacionadas, como pode ser visto em Carvalho (2007), Busato e Possas (2012), Dávila-Fernandez e Amado (2015), Reichert, Marin e Santos (2015) e Bhering e Serrano (2014). O trabalho em questão diferencia-se dos demais por buscar estabelecer esta associação dando ênfase à questão da mudança estrutural, que se apresenta por meio da razão entre as elasticidades renda da demanda por importações e exportações. Ademais, colabora com a literatura ao dar continuidade à investigação das correntes de pensamento que tiveram influência sobre um referencial teórico tão rico quanto o é o pós-keynesiano/kaldoriano.

Alguns trabalhos debatem às semelhanças estabelecidas entre as duas vertentes. Carvalho (2007) faz referência a dois pontos de encontro entre a teoria estruturalista e a Lei de Thirlwall. A primeira é em relação ao fato de a posição ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho ter influência sobre o seu crescimento econômico, ou seja, da relação que uma economia tem com as demais influenciar seu desempenho individual. Em segundo lugar, a autora coloca a questão da estrutura produtiva como determinante das elasticidades de importação e exportação e, consequentemente, das diferentes taxas de crescimento das economias. De acordo com Carvalho:

A tese de Prebisch sobre a deterioração dos termos de troca não é o argumento central de sua teoria. A discrepância de renda entre ricos e pobres já existe em decorrência da perversidade das elasticidades, fruto da estrutura produtiva. (CARVALHO, 2007, p. 88)

É clara a presença destes dois elementos em ambos os autores. Ambos se encontram a partir do conceito de mudança estrutural implícita na Lei de Thirlwall, tanto na questão da divisão internacional do trabalho - criticada por Prebisch - quanto em relação à estrutura produtiva, que se reflete no padrão de especialização periférica observado em economias como as latino-americanas.

Devido às semelhanças entre os dois modelos, Carvalho (2007) afirma ainda, que o modelo de Thirlwall, embora seja classificado como pós-keynesiano em função de

sua orientação voltada para a demanda, pode também ser visto como estruturalista, dado que é a estrutura produtiva que determina a grandeza das elasticidades e, consequentemente, seu crescimento econômico e seu lugar ocupado no mercado internacional. Com isso, o recado que o trabalho de Thirlwall dá é que, se determinada economia tem como interesse elevar sua taxa de crescimento, para que isso ocorra, ela deverá se organizar para alterar a relação entre as elasticidades.

A autora também acredita ser razoável relacionar o modelo de Thirlwall com a teoria de Prebisch, já que a elasticidade-renda de importação dos produtos primários transacionados pela periferia é inferior à dos produtos manufaturados. De outro modo, esta diferença entre as rendas dos países centrais e periféricos existe em função de suas estruturas produtivas, que geram elasticidades tão desconformes. (CARVALHO, 2007, p. 88)

Na mesma linha de Carvalho (2007), o próprio Thirlwall (2012) faz referência a contribuição cepalina citando Prebisch e reconhecendo, em alguma medida, sua relevância para a vertente da qual faz parte. O autor cita o fato de, apesar de a análise das disparidades ser o centro dos modelos de crescimento restrito pelo balanço de pagamentos, seu real significado relaciona-se com o processo de desenvolvimento entre países, e não com a análise individual destes, que é o que faz Prebisch com o sistema centro-periferia. (CARVALHO, 2007; THIRLWALL, 2012)

Em seu trabalho de 1983, Thirlwall afirma acreditar que as diferentes taxas de crescimento observadas pelo mundo estariam relacionadas às estruturas produtivas destes países e, a propensão a exportar em relação a propensão a importar das mesmas. Logo depois, o autor cita Harrod, a quem atribui, em primeiro lugar, o *insight* via multiplicador do comércio e, em seguida, os trabalhos centro-periferia sobre desenvolvimento, nos quais diz ser possível encontrar as mesmas conclusões.

Neste trabalho, Thirlwall refere-se a Prebisch como o primeiro economista do desenvolvimento no pós-guerra a questionar a doutrina da rentabilidade mútua das trocas comerciais entre países mais e menos desenvolvidos, recuperando a crítica cepalina ao mito da divisão internacional do trabalho. De acordo com o autor, Prebisch mantém seu foco no aspecto das trocas e na restrição do balanço de pagamentos, e argumenta que os benefícios da especialização podem perder seu efeito devido a subutilização de recursos. Além disso, aponta que economias menos desenvolvidas tendem a se especializar em atividades de retornos decrescentes. (THIRLWALL, 1983, p. 250) Thirlwall reconhece

que os parâmetros encontrados em seu texto estão alinhados com a “dinâmica cepalina”, mas acrescenta sua visão de que Prebisch não teria explicado o que, de fato, determina os diferentes processos de crescimento observados entre os países, levando em consideração apenas os atributos particulares dos produtos. (REICHERT; MARIN; DOS SANTOS, 2015; THIRLWALL, 2012)

Não obstante, tais economias apresentam também restrições de balanço de pagamentos que dificultam seu crescimento e desenvolvimento. Este problema, por sua vez, tem origem na baixa elasticidade-renda da demanda pelos bens produzidos na periferia em comparação com a elevada elasticidade-renda da demanda dos bens produzidos nos centros. Outra preocupação de Prebisch apontada no trabalho de 1983 são os movimentos dos termos de troca que possuem efeito sobre o desenvolvimento periférico e que ocorrem devido a forma como o progresso técnico se propaga e chega a periferia. (THIRLWALL, 1983, p. 250)

A mudança estrutural, analisada nos modelos de restrição externa, é o caminho que torna possível fazer alterações nas elasticidades-renda da demanda por importações e exportações, elasticidades estas que expressam a competitividade dos bens produzidos pelos países por uma via que não a de preço, e que, por consequência, refletem a estrutura produtiva destas economias (THIRLWALL, 1997, p. 383). Novamente, como em Carvalho (2007), a análise da especialização estrutural colocada pela CEPAL aparece na obra de Thirlwall trazendo consigo a afirmação de que a estrutura produtiva das economias importa e que a alternativa para a retomada do crescimento está em buscar elevar a elasticidade-renda da demanda por exportações e reduzir a por importações, através da mudança estrutural. (GOUVEIA; LIMA, 2013)

Em Thirlwall (2012), o autor faz ainda um resumo acerca da história dos modelos de restrição pelo balanço de pagamentos, mencionando autores como Harrod, Prebisch e Chenery como pioneiros neste campo de discussão. Após apresentar o exemplo numérico presente em Prebisch (1949), o autor faz o seguinte comentário:

Prebisch’s equation⁹, which is the basis for his classic centre-periphery model, can be shown to be the dynamic analogue of the static Harrod foreign trade multiplier result discussed earlier, and the true forerunner

⁹ A equação a qual Thirlwall (2012) faz referência é a $y = (\varepsilon \cdot y^*)/\pi$, onde: ε é a elasticidade-renda das exportações da periferia; π , a de suas importações; y^* , a taxa de crescimento da sua renda; w , a taxa de crescimento correspondente à renda dos centros, que equivale à equação da Lei de Thirlwall.

of my balance of payments constrained growth model developed much later. (THIRLWALL, 2012, p. 13)

Ainda neste trabalho, o autor ressalta - como o faz em outras oportunidades (THIRLWALL, 2005; 2015) - que apesar de ter sido pioneiro nesta linha de argumentação, Prebisch não chegou a derivar o modelo matematicamente, nem tampouco o testou de forma empírica. No entanto, salienta que suas conclusões finais são pariformes (THIRLWALL, 2012, p. 17). Tal afirmação, no entanto, requer cautela, pois como aponta Porcile (2011), a mesma equação, que posteriormente ficou conhecida como “Lei de Thirlwall” já teria aparecido em 1977 na Revista da Cepal, em um trabalho de Octávio Rodriguez, o que faria com que o mérito de Thirlwall (1979) se concentrasse na análise estatística das consequências da lei. (PORCILE, 2011; RODRIGUEZ, 1977, p. 235-236)

O trabalho de Busatos e Possas (2012), por sua vez, examina as circunstâncias em que a restrição externa torna-se efetiva em limitar o crescimento econômico e, ao apresentar os modelos das décadas de 60 e 70 de crescimento liderado pela demanda, cita as contribuições de Harrod, Kaldor e Thirlwall. No que diz respeito a obra de Thirlwall, os autores consideram o trabalho de Thirlwall uma extensão do que propunha Kaldor e acrescentam que antes da Lei de Thirlwall, a escola estruturalista já havia apontado para a mesma discussão:

Sabe-se, porém, que antes do desenvolvimento desses modelos [de restrição no balanço de pagamentos], a escola cepalina, notadamente Prebisch, já tinha argumentado sobre o papel restritivo que o balanço de pagamentos poderia ter para o crescimento das economias periféricas, em virtude do tipo de inserção externa, divisão internacional do trabalho e, portanto, de industrialização dos países da região, implicando que o crescimento econômico de tais economias não pode prescindir da discussão acerca de sua estrutura produtiva. (BUSATO; POSSAS, 2012, p. 4)

O trabalho de Esteves e Correia (2010) também relacionou as duas teorias e teve como objetivo demonstrar que Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México observaram, no período de 1980 a 2005, variações em suas elasticidades renda das importações, o que suavizaria a restrição no balanço de pagamentos colocada pela Lei de Thirlwall. Os autores afirmam que o pensamento estruturalista se concentra em explicar a desigualdade no crescimento da renda dos países por meio da deterioração dos termos de troca, alegando que os países latino-americanos estavam fadados a terem um crescimento dependente da demanda das economias centrais.

Missio, Jaime Jr. e Conceição (2015) escreveram um trabalho no qual analisam o problema das elasticidades nos modelos de crescimento com restrição externa da tradição do crescimento puxado pela demanda agregada. Na seção em que recupera a tradição pós-keynesiana, os autores partem dos modelos de Thirlwall e Hussain (1982), Moreno-Brid (2003), e referem-se à Prebisch, à divisão internacional do trabalho e ao sistema centro-periferia fazendo referência ao baixo dinamismo tecnológico observado nas exportações da periferia, em contraste com o alto dinamismo tecnológico visto nas economias centrais.

Este trabalho está alinhado com a teorias pós-keynesiana, estruturalista, evolucionária e institucionalista, sendo que todas elas contribuem para a explicação de quais são os determinantes das elasticidades-renda do comércio. Os autores consideram importante para entender como o progresso técnico compromete a razão entre as elasticidades, a compreensão de que este progresso está relacionado à formulação de uma estratégia esquematizada pelo conceito de “núcleo endógeno de dinamização tecnológica”. Nas palavras dos autores: “Este [o núcleo] consiste em uma matriz industrial e produtiva que envolve uma infraestrutura científico-tecnológica estreitamente inserida e vinculada ao aparato produtivo, na qual a criatividade e o aprendizado se retroalimentam entre certas atividades e ramos essenciais” (MISSIO; JAIME JR.; CONCEIÇÃO, 2015, p. 323 - 324) Além disso, divergências estruturais, especialmente em relação à evolução, à trajetória e à forma como o progresso técnico se propaga em cada economia e entre os países, também fazem parte da explicação de porque as elasticidades se diferem e encontram respaldo da teoria neo-schumpeteriana ou evolucionária.

Nota-se na introdução do livro *Essays on Keynesian and Kaldorian Economics*, de 2015, que Thirlwall apresenta um relato sobre sua vida acadêmica, seu contato com a obra de Keynes e sobre como conheceu e tornou-se biógrafo de Kaldor. Na já citada entrevista dada a John King, presente em Thirlwall (1992), o autor responde à pergunta de o que teria inspirado seu trabalho, feita pelo entrevistador, citando Harrod e Prebisch:

Sir Roy Harrod, one of Keynes's inner circle, showed a static version of this model in 1933, and the famous Argentinian economist, Raul Prebisch, produced a similar theory in 1950, but neither gave the empirical evidence to support it, which I did in 1979. (THIRLWALL, 1992, p. 201 – 202)

Para Prebisch, a chamada “reciprocidade implícita” dos centros – tese segundo a qual, devido à restrição externa imposta ao crescimento, as divisas adquiridas pela periferia transformariam-se em maiores importações – revelava o atraso tecnológico da região, assim como seu padrão de especialização produtiva pouco dinamizado (CIMOLI, PORCILE; SILVA, 2010; PREBISCH, 1981; PREBISCH, 1963). De maneira semelhante, a restrição que dá nome ao modelo de Thirlwall, de crescimento com restrição do balanço de pagamentos, é a mesma trabalhada por Prebisch, no sentido de analisar as condições nas quais as economias crescem com equilíbrio no balanço de pagamentos e as características que possibilitam - ou não - que este fenômeno ocorra.

As próprias categorias usadas pelos estruturalistas para distinguir os países, de centro e periferia, exploradas no capítulo dois, representam a ideia de um “sistema econômico mundial polarizado em função de assimetrias tecnológicas e dos efeitos dessas assimetrias sobre a estrutura produtiva e o dinamismo exportador”. (CIMOLI, PORCILE; SILVA, 2010) Visão esta que se assemelha com a distinção feita por Kaldor em relação às atividades que produzem retornos crescentes de escala e as que não produzem, como o é na atividade industrial e na atividade primária, respectivamente.

A natureza centrípeta dos centros é o aspecto do sistema centro-periferia que ilustra a forma com a qual tais países diversificam seus bens industriais, conforme se eleva a demanda, ao passo que a periferia encontra como obstáculo o restrito alastramento do progresso técnico, que impede que esta se diversifique e compita nas atividades industriais que comandam a diversificação, o que conduz a sua especialização produtiva em produtos primários ou bens cujo o aumento da renda pouco influencia o crescimento da demanda . (CIMOLI, PORCILE; SILVA, 2010)

A ênfase no papel da exportação de bens industriais como estimulador principal do crescimento econômico está diretamente relacionada às explanações teóricas da vertente pós-keynesiana/kaldoriana. Segundo esta abordagem, tal cenário dinamizaria as economias em desenvolvimento, por meio dos desdobramentos ocasionados pelo desenvolvimento da atividade industrial (KALDOR, 1966). O que ocorre é que, como aponta Ocampo (2001):

Esto genera, en la visión de Prebisch, una tendencia a la especialización de los países industrializados en productos de alta elasticidad-ingreso y de los de la periferia en aquéllos de baja elasticidad-ingreso (materias primas y, crecientemente, manufacturas en sus etapas maduras), que se refleja, a su vez, en una tendencia a la divergencia en los ritmos de

crecimiento y/o a la aparición de problemas de balanza de pagos en los segundos, es decir a una ‘brecha’ o ‘estrangulamiento’ extemo. (OCAMPO, 2001, p. 2)

Com base na revisão feita acima e na exposição feita nos capítulos anteriores, nos quais as duas teorias foram apresentadas, o quadro abaixo tem o intuito de sumarizar as principais semelhanças entre as duas vertentes, buscando ilustrar de maneira intuitiva os pontos nos quais as duas teorias mais se aproximam.

Quadro 1: CEPAL e Pós-Keynesianos/Kaldorianos em uma perspectiva de Comércio Externo

Características das Vertentes	Estruturalismo Latino-Americano (CEPAL)	Corrente Pós-Keynesiana/Kaldoriana
Diferencial das Elasticidades	Presente em Prebisch (1973).	Presente em Thirlwall (1979).
Indústria como Motor do Crescimento Econômico	De acordo com Versiani (2000), a ênfase no setor industrial, a crítica ao laissez-faire e à especialização produtiva já existiam na América Latina antes da CEPAL, mas após os trabalhos de Prebisch (1949;1951) passaram a ser reconhecidas pela comunidade acadêmica como contribuição científica. Curado (2013) também ressalta que a defesa da industrialização esteve presente na literatura econômica brasileira desde o Império.	A origem da ênfase na indústria dada por Thirlwall (2002;2012) encontra-se na contribuição de Kaldor (1966). As leis de Kaldor endossam essa visão: <ul style="list-style-type: none"> - O produto real estaria fortemente relacionado ao produto industrial; - o crescimento da produção induz o crescimento da produtividade na indústria por meio de retornos estáticos e dinâmicos de escala; - o crescimento da produção induz o crescimento da produtividade fora da indústria, absorvendo recursos ociosos ou de baixa produtividade em outros setores.
Enfoque de Longo Prazo	Apesar da ampla difusão da ideia de que a CEPAL teria sofrido influência direta da teoria keynesiana, este é um dos aspectos que a diferencia daquela. O foco nos trabalhos estruturalistas está no crescimento de longo prazo.	Ênfase dada ao crescimento de longo prazo como um fenômeno endógeno à operação do sistema econômico: inicialmente desenvolvida por Kaldor e considerada uma idéia essencialmente pós-keynesiana.
Estrutura Produtiva Importa	Elasticidades renda da demanda por importações e exportações encontram suas razões nas estruturas produtivas de cada país. A industrialização seria a forma de superar a restrição externa imposta ao crescimento dos países periféricos.	Elasticidades renda da demanda por importações e exportações encontram suas razões nas estruturas produtivas de cada país. A alteração da composição da estrutura produtiva das economias em direção aos setores mais modernos (industriais) colaboraria no sentido de reduzir a restrição externa das economias em questão.
Comércio Internacional como Fator Chave	Teoria da Deterioração dos Termos de Intercâmbio: dada a divisão internacional do trabalho, os períodos do ciclo econômico das	A modelagem da Lei de Thirlwall (1979) parte de funções de funções de demanda

	<p>economias periféricas gerariam desequilíbrios comerciais insustentáveis no longo prazo.</p> <p>A superação do subdesenvolvimento se daria a partir da industrialização e da redefinição das relações comerciais entre centro e periferia.</p>	<p>por importações e exportações que determinam o comércio internacional.</p>
--	--	---

Fonte: Elaboração própria (2017).

A partir do exposto, afirma-se existir evidências de que a teoria estruturalista seja compatível, e poderia, em alguma medida, ter influenciado a obra de Thirlwall. Neste trabalho, foram apresentadas citações de diversos autores e do próprio Thirlwall atestando a veracidade desta afirmativa. Além disso, as semelhanças referentes a importância da estrutura produtiva e a desmistificação de que a divisão internacional distribuiria os frutos do progresso técnico pelo globo também foram apresentadas e explicadas. A seguir, para concluir o trabalho, serão feitas algumas considerações a respeito da questão da dependência tecnológica nas economias periféricas, seguidas de uma breve conclusão.

4.3. A Mudança Estrutural e a Dependência Tecnológica

Estabelecido o paralelo entre a teoria estruturalista, representada neste trabalho por seu precursor, Raul Prebisch, e os pós-keynesianos/kaldorianos que tiveram como expoente Antony P. Thirlwall, esta última seção do capítulo final terá como objetivoclarear algumas ideias referentes à temática da dependência tecnológica observada nos países em desenvolvimento. Neste sentido, faz-se uso da proximidade entre as abordagens pós-keynesiana/kaldoriana e estruturalista contextualizando o papel da mudança estrutural pela ótica da dependência tecnológica e à luz dos desdobramentos da análise neo-schumpeteriana ou evolucionária.

A questão da dependência tecnológica relaciona-se diretamente com a disparidade entre as elasticidades renda da demanda por importações e exportações presente nas obras de Prebisch (1973) e Thirwall (1979). De acordo com Furtado (1978), encontra-se na especialização produtiva a razão de a periferia perpetuar um padrão de dependência tecnológica em relação ao centro. Dependência esta, que mesmo após se industrializarem, as economias periféricas seguem enfrentando e que se manifesta por meio da necessidade da utilização de técnicas geradas nos centros e da busca pela reprodução do padrão de consumo dos mesmos. (FURTADO, 1974; FURTADO, 1978) A especialização produtiva é, portanto, resultado dos diversos processos relacionados a

propagação do progresso técnico pelo globo e também o ponto inicial da explicação das diferenças e dos fatores estruturais dos países periféricos e centrais, sendo que na periferia, uma pequena parcela dos setores consegue ter acesso aos avanços tecnológicos já difundidos pelo centro.

Para entender como a dependência tecnológica e a forma com a qual o progresso técnico se difundiu afetam as elasticidades, voltamos ao conceito de “núcleo endógeno de dinamização tecnológica” utilizado por Missio, Jaime Jr e Conceição (2015), e já mencionado na seção anterior. A retroalimentação deste sistema, favorece e dá origem ao desenvolvimento tecnológico e ao aparelho produtivo que o suporta e que vai sendo incrementado conforme verificam-se as inovações, por meio de investimentos, que sustentam o crescimento da produção. (RODRIGUEZ, 2009)

Nota-se que, é por meio desse movimento que a competitividade das economias se determina e define-se como tendo origem no aumento da produtividade e da incorporação do progresso técnico, reforçando assim, a especialização internacional, uma vez que organiza a produção ao redor dos setores com maior conteúdo tecnológico. Por meio da articulação destes setores, é possível “exercer uma influência positiva sobre o aprendizado e o progresso técnico em atividades inscritas em outros ramos industriais e em outros setores produtivos, difundindo uma lógica industrial” (MISSIO, JAIME JR, CONCEIÇÃO, 2015, p. 324), o que beneficia a inserção externa por meio da elevação na competitividade destas economias e do relaxamento da restrição ao crescimento com equilíbrio no balanço de pagamentos.

Uma explicação alternativa para o diferencial entre as elasticidades reside nas divergências estruturais e elementos relacionados à evolução e à trajetória do progresso técnico. Estas divergências encontram suporte em Schumpeter e nos teóricos evolucionários. Dessa forma, a integração do modelo de Thirlwall, em sua versão multissetorial, não apenas relaciona-se com a teoria evolucionária como também permite que as vertentes sejam consideradas compatíveis. Isso ocorre, devido à relação direta que se estabelece entre o efeito demanda e suas relações com o aumento da produtividade, por meio da Lei de Kaldor-Verdoorn, assim como com o papel da inovação tecnológica. (MISSIO, JAIME JR, CONCEIÇÃO, 2015)

A Lei de Verdoorn determina a existência de uma relação positiva entre a taxa de crescimento da produtividade média do trabalho e o crescimento do produto, sendo

que esta relação se intensifica na presença de retornos crescentes de escala. A partir dela, a aceleração do crescimento da produção faz com que se eleve a produtividade devido aos retornos crescentes. Embora lide com elementos como tecnologia e produtividade, usualmente associados à teoria ortodoxa do crescimento, a Lei de Verdoorn se distingue do pressuposto de que o crescimento da produtividade é determinado exogenousamente pelo avanço da ciência e da tecnologia e é comumente associada a modelos de causalidade cumulativa de crescimento, nos quais a demanda estabelece o ritmo da acumulação. A ideia é que, se houver demanda, as firmas irão responder por meio de um aumento da capacidade produtiva. (ALMEIDA, 2016)

Os modelos de Kaldor e Thirlwall tiveram a Lei de Verdoorn como fundamento para suas análises de crescimento liderado por exportações, nas quais a expansão das exportações industriais ocasionaria uma elevação no nível da produtividade do setor, assim como a especialização na produção destes artigos. Este movimento é capaz de gerar uma realocação do setor menos eficiente e de retornos decrescentes para o setor mais produtivo, de produtos industriais e retornos crescentes.

Esta análise dá ênfase aos aspectos estruturais determinantes das características das exportações e importações, tais como a estrutura produtiva e a inserção internacional das economias, que culminam na relação entre as elasticidades. Neste sentido, as economias periféricas tenderiam a crescer gerando déficits externos relacionados à necessidade de se incrementar importações de bens de capital e intermediários que não são produzidos internamente em virtude da insuficiência da indústria nacional. A baixa competitividade das exportações periféricas preocupava Prebisch, como se pode ver abaixo:

Só existem duas formas de corrigir gradualmente esta disparidade de elasticidades: exportar outros bens aos centros, além dos tradicionais, a fim de poder importar bens que não são possíveis de se produzir internamente [...], ou aumentar o ritmo de produção interna para alcançar desta maneira aquilo que por falta de recursos não é possível importar. Eu considero que o primeiro é mais conveniente [...]. (PREBISCH, 1963)

O autor julgava mais adequada a opção de se expandir as exportações para que se obtivesse crescimento, e via como segunda opção o processo de substituição de importações, que seria utilizado caso as condições do mercado internacional fossem desfavoráveis ou quando devido à especialização em setores menos dinâmicos, fosse improvável que as exportações crescessem de maneira a suportar as necessidades de

importações. Neste sentido, é levado em consideração a ideia de que o processo de mudança do padrão de especialização de uma economia ocorre de maneira lenta, assegurando que o ajuste aconteça na direção do comércio externo.

Todas estas considerações, vão de encontro com os argumentos oferecidos pelos neschumpeterianos no que diz respeito às razões para as diferenças entre as elasticidades. Para estes autores, o padrão de especialização dos países também é um dos determinantes de suas trajetórias de crescimento e o progresso técnico desempenha uma dupla função no que tange à análise econômica: primeiro, o problema da coordenação e interdependência entre os agentes, e entre países; e, em segundo, os padrões de mudança estrutural e transformação das economias. (DOSI; PAVITT; SOETE, 1990, p. 6)

Dessa forma, defendem que as lacunas relacionadas ao avanço tecnológico das nações são de grande importância e determinam a participação de cada país nos fluxos de comércio internacional e, por meio disso, nos níveis máximos de crescimento da renda que cada país pode alcançar compatível com a restrição do balanço de pagamentos. Visto que estas lacunas representam, em grande medida, a competitividade internacional de uma economia, seu impacto de indução do crescimento econômico na renda doméstica por meio do multiplicador de comércio internacional será considerável. No entanto, estes “ciclos virtuosos” entre competitividade, tecnologia e crescimento não ocorrem de maneira automática e endógena ao processo de desenvolvimento econômico, pelo contrário, conforme argumentam os autores neschumpeterianos, as capacidades inovadoras ou imitativas de cada país e de cada setor isoladas, podem compor um dos principais elementos que originariam o “ciclo virtuoso”. (DOSI; PAVITT; SOETE, 1990, p. 11)

Algumas relações inferidas por Dosi, Pavitt e Soete (1990, p. 56 -57) são que, como já apresentado pela Lei de Kaldor-Verdoorn, existe uma estreita correlação entre os diferentes níveis da produtividade do trabalho nas indústrias e dos níveis de renda per capita, além disso, a atividade industrial é onde grande parte das inovações são geradas, e também é aquela na qual a difusão internacional da tecnologia não acompanha a geração de inovações, levando a uma ampla lacuna de produtividade entre países e, por fim, que tanto a renda per capita quanto a produtividade do setor industrial estão fortemente relacionados com os níveis de acumulação de capital, o que sugere retornos crescentes, em termos de produtividade.

A partir disto, uma das conclusões destes autores é de que as tendências de longo prazo, no que diz respeito ao desempenho comercial de cada economia são essencialmente determinadas por seus diferentes graus de inovação e dinamismo tecnológico. Com isso, avançam no debate buscando as divergências das trajetórias intersetoriais de crescimento, uma vez que se aprofundam no exame das características do paradigma e da trajetória tecnológica de cada setor, tais como o grau de apropiabilidade, oportunidade e cumulatividade tecnológica. As consequências disto podem ser atreladas à análise do efeito da competitividade internacional e das mudanças dos padrões de especialização, reveladas por meio das elasticidades renda das exportações, ou seja, falhas estruturais. A expressão destas falhas associadas à demanda revela o quanto crucial são os fatores estruturais, que configuram a forma com a qual os países se dispõe na economia mundial. (DOSI; PAVITT; SOETE, 1990, p. 11)

Neste sentido, será dinâmico o padrão de especialização comercial que contiver as características de maiores possibilidades de apropriação de lucros monopólicos advindos da inovação, maiores oportunidades de introdução de inovações e do aproveitamento das externalidades positivas geradas pela cumulatividade do conhecimento ao longo do processo de produção. Da mesma forma, a tecnologia afetará as possibilidades de crescimento de longo prazo da economia, os padrões de especialização produtiva internacional e termos de troca internacionais, e a necessidade das exportações para que se possa arcar com os custos de importar. (DOSI; PAVITT; SOETE, 1990)

Em economias abertas, as taxas de inovação e imitação definem a sequência de estímulos e restrições que cada economia enfrentará, determinando também a dinâmica destes sistemas. Em particular, se o país que inova com mais rapidez e facilidade falha ao preencher a lacuna do *gap* tecnológico, entre as taxas de crescimento máximas e efetivas, o ônus do ajuste cairá sobre o inovador mais lento, que terá de ajustar o crescimento da renda à restrição do saldo estrangeiro. Este processo diminuirá as possibilidades de crescimento do país inovador, que irá, por causa disso, aumentar ainda mais a restrição do equilíbrio estrangeiro do inovador mais lento. O resultado líquido global pode até ser uma menor taxa de crescimento de renda do que teria ocorrido sem as novas tecnologias e um menor nível de emprego. (DOSI; PAVITT; SOETE, 1990)

Nestas economias, a mudança técnica tem a propriedade dupla de ser poupadora de trabalho e, ao mesmo tempo, aumentar a competitividade. Isso pode determinar um

caminho de crescimento bastante estreito entre a necessidade de satisfazer a saúde das contas externas e seu efeito sobre o emprego doméstico. Um aumento na taxa relativa de crescimento de produtividade de qualquer país apresenta um maior potencial de crescimento para o mesmo país, o que, no entanto, pode não ser explorado em sua totalidade pela criação endógena de demanda agregada decorrente da competitividade estrangeira aumentada. Por outro lado, um fracasso na inovação e, portanto, também, no aumento da produtividade, tem como conseqüência o aperto da restrição do equilíbrio externo que reduzirá as possibilidades de crescimento. (DOSI; PAVITT; SOETE, 1990)

Em um nível teórico, a abordagem sugerida apresenta uma analogia a família de modelos dos seguidores de Kaldor e Thirlwall, nos quais a taxa de crescimento de longo prazo de cada economia é determinada pela taxa máxima consistente com o constrangimento do balanço de pagamentos. Algumas conclusões em relação à essa questão são: primeiro, a importância do fato de que, cada economia é aberta possui uma relação intrínseca entre o dinamismo tecnológico, competitividade, dinamismo dos padrões de demanda e acumulação, e não no problema de curto prazo da alocação eficiente dos recursos. (DOSI; PAVITT; SOETE, 1990)

O trabalho de Fagerberg (1988) é um esforço teórico de grande importância para este debate. O texto parte de considerações keynesianas acerca do crescimento com restrição de divisas e legitima os princípios neoschumpeterianos, uma vez que incorpora o papel da oferta via competitividade tecnológica com o objetivo de discutir a causa de as taxas de crescimento dos países se diferirem. Admitindo-se a endogeneidade da variável capacidade tecnológica, o autor chega a uma equação que determina o *market-share* das exportações como função de aspectos tecnológicos, capacidade de produção física, e crescimento dos preços relativos e da demanda externa.

O modelo de Fagerberg (1988) tem como ponto de partida a premissa de Thirlwall (1979) de igualdade das funções de importações e exportações, posteriormente, a variável competitividade é incluída por intermédio das proporções de *market-share* das importações e exportações. A conclusão do autor é que o diferencial das elasticidades renda entre os países, ou seja, as possibilidades de crescimento no longo prazo, estão vinculadas à capacidade de inovação e utilização das tecnologias que vão sendo desenvolvidas e, de maneira equivalente, a capacidade de imitação por parte das economias que não estão na fronteira do conhecimento tecnológico e que tem acesso à tecnologia por meio de sua difusão no mercado internacional. Pondera-se também que

estas diferenças encontram obstáculos à sua superação, tais como informação assimétrica, direitos de propriedade, escassez de infraestrutura e dificuldade de acesso aos novos produtos.

O viés neoschumpeteriano, apresentado acima em linhas gerais, trabalha com conceitos que se aproximam aos da análise estruturalista. A ênfase na dependência tecnológica e de trajetória das economias e o aspecto estrutural presente em ambas, são destaque para Bielschowsky (2009):

The merger of the Schumpeterian and structuralist approaches is not surprising, given the priority both assign to the analysis of historical trends in the productive domain. The neo-Schumpeterian accent on knowledge formation and accumulation through the enterprise learning process, the effect of past decisions on the present (path-dependency), and changes in techno-economic paradigms enhance the historical-structural approach used by eclac in its attempt to understand changes in productive structures under conditions of underdevelopment and structural heterogeneity. (BIELSCHOWSKY , 2009, p. 181)

A pluralidade do pensamento estruturalista se reafirma a partir das considerações feitas acima. A corrente trabalha a questão da restrição externa, da dependência tecnológica, inserção e competitividade internacional e é compatível com os teóricos pós-keynesianos/kaldorianos, sendo plausível, inclusive, levantar a tese de que o estruturalismo teria influenciado a vertente pós-keynesiana. Além disso, a diversidade de ambas é percebida por meio da relação que estabelecem com o processo microeconômico de especialização e com os efeitos das diferenças tecnológicas intra e interpaíses.

5. CONCLUSÃO

Em síntese, esta dissertação buscou mostrar que CEPAL dos anos 1950 e 1960 apresenta afinidades estreitas com o pensamento de Antony P. Thirlwall. Este trabalho teve como objetivo levantar uma revisão de literatura tanto cepalina quanto pós-keynesiana/kaldoriana com o intuito de aproximar-las, revelar suas similaridades e estabelecer uma possível relação de influência de uma sobre a outra. Com efeito, acredita-se que as apresentações realizadas nos capítulos dois e três cumprem este propósito, de expor as principais nuances e os pontos de encontro entre as duas contribuições.

O capítulo um apresentou os principais conceitos trabalhados pela CEPAL como o sistema centro-periferia, a heterogeneidade e especialização estruturais e a mudança estrutural, além de ambientalizar o leitor com as questões da época e com o surgimento

dessa corrente de pensamento crítico latino-americana. A recuperação de alguns textos chave de Prebisch nos quais as semelhanças com a Lei de Thirlwall são mais evidentes também compõe este segundo capítulo. Nele também é apresentado o entendimento de Prebisch em relação à propagação do progresso técnico e seus efeitos na estrutura produtiva das economias, assim como a associação que esta possui com as elasticidades renda da demanda por exportações e importações.

O capítulo três, por sua vez, traz a exposição acerca de como se organiza a corrente de pensamento keynesiana/kaldoriana e suas subdivisões, além de apresentar o multiplicador do comércio internacional de Harrod (1933), revisar o modelo de crescimento com restrição no balanço de pagamentos de Thirlwall (1979) e apresentar os desdobramentos aos quais esta obra dá início, como a atualização para um modelo com fluxos de capitais e pagamentos de juros, o que atesta sua atualidade.

Por fim, no capítulo final, são apresentados os principais questionamentos que nortearam o pensamento dos autores Prebisch e Thirlwall, centrais para este trabalho, com o intuito de mostrar o contexto da formulação de suas proposições e também de esclarecer que, embora compatíveis, as duas contribuições se originam de problemas diferentes e circunstâncias adversas. Há nesta parte do trabalho, destaque para os pontos de encontro entre as duas correntes assim como algumas confirmações do próprio Thirlwall a respeito da importância do referencial cepalino para a totalidade de sua contribuição, uma vez que a razão das elasticidades é um elemento central de sua obra. Ademais, são levantadas algumas contribuições da literatura econômica que também identificam similaridades entre as duas correntes. Por fim, na última seção do capítulo, são feitas algumas considerações a respeito da problemática da dependência tecnológica, onde faz-se uso do referencial evolucionário, o que enriquece ainda mais este trabalho.

Entende-se que este trabalho contribui na medida em que busca atestar a atualidade do pensamento cepalino, que nasce na América Latina e é tido como original à sua época, enquanto possível norteador das ideias fundadoras de uma corrente que se posiciona de maneira expressiva no debate contemporâneo sobre o crescimento econômico. A similaridade entre as duas correntes sugere, inclusive a partir de citações do próprio Thirlwall ao trabalho de Prebisch, que a primeira teria recebido, de alguma maneira, uma influência da segunda. Para além disso, esta concepção também conduz ao entendimento de que a corrente pós-keynesiana não seria composta apenas por autores da tradição, mas também poderia se beneficiar de colaborações externas e originais.

Outra contribuição que esta dissertação traz é a ênfase no aspecto da mudança estrutural. As duas visões entendem o desenvolvimento econômico como uma transformação radical na estrutura produtiva das economias no sentido de sofisticação do aparato produtivo. Com base na hipótese de que a estrutura produtiva industrial de um país afeta tanto o ritmo quanto a direção deste desenvolvimento, tanto a literatura estruturalista quanto a pós-keynesiana kaldoriana destacam a centralidade do setor industrial no processo de mudança estrutural. Outros trabalhos (como os expostos no capítulo quatro), já haviam identificado e estabelecido semelhanças entre as duas vertentes, mas o destaque deste trabalho encontra-se no entendimento da mudança estrutural como o ponto de encontro entre ambas as contribuições, e a expressão disto situada na Lei de Thirwall.

Isto posto, a conclusão desta dissertação é a de que a teoria cepalina e o tratamento da mudança estrutural, mantém-se atual no debate sobre crescimento econômico. Os trabalhos de Thirlwall podem ser interpretados como uma espécie de extensão da contribuição cepalina que vem se modernizando por meio dos trabalhos apoiados neste referencial e as duas contribuições devem ser consideradas compatíveis. O tratamento das elasticidades como determinantes do crescimento econômico, bem como as características intrínsecas dos bens produzidos por cada país, refletem a estrutura produtiva de cada economia, sendo a mudança estrutural o meio encontrado pelos estruturalistas e por Thirlwall para se alterar as limitações de cada região.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. P. C. Dinâmica volátil dos fluxos de capitais e vulnerabilidade financeira em países Da América Do Sul: Fatores determinantes e análise de propostas para a sua redução. Belo Horizonte, 2016. Tese (Doutorado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais.

Araujo, R. A.; Lima, G. T. A structural economic dynamics approach to balance-of-payments-constrained growth. Cambridge Journal of Economics, v. 31, n. 5, p. 755-774, 2007.

<https://doi.org/10.1093/cje/bem006>

Bhering G, Serrano F. A restrição externa e a "Lei de Thirlwall" com endividamento externo. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC. 2014;42.

Bielschowsky, R. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000a.

_____, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal – uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000b. v. 1. p. 13-68.

_____, R. Prebisch e Furtado. Prefácio. In: GURRIERI, Adolfo. Raúl Prebisch – O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

_____, R. Sixty years of ECLAC: structuralism and neo-structuralism. Cepal Review. 2008.

Busato M, Possas M.L. Crescimento econômico e restrição externa: um modelo de simulação pós-keynesiano. Rio de Janeiro: Beco do Azougue. 2012.

Cano, W. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. Revista de Economia Política 9.1 (1989): 62-82.

Carvalho, F.C. Mr. Keynes and the Post Keynesians: principles of macroeconomics for a monetary production economy. Aldershot: Edward Elgar, 1992.

Carvalho, V. R. S. A restrição externa e a perda de dinamismo na economia brasileira: investigando as relações entre estrutura produtiva e crescimento econômico / Veridiana Ramos da Silva Carvalho. – Rio de Janeiro: BNDES, 2007.

Castillo, C. A. F. Las Raíces Intelectuales Del Modelo CRBP. PANORAMA ECONÓMICO, vol. VI, núm. 12, enero-junio de 2011.

CEPAL (1951) Estudo economico da América Latina, 1949. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000. v. 1. p.

Cimoli, M.; Porcile, G. "Technology, heterogeneity and Growth: A Structuralist Toolbox." MPRA Paper 33801, 2011: 3-4.

CIMOLI, M.; PORCILE, G.; SILVA, G. S. e. Reciprocidade implícita e crescimento na economia internacional: uma perspectiva estruturalista. Rev. Econ. Polit., São Paulo , v. 32, n. 2, p. 188-204, June 2012 .

CURADO, M. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. Econ. soc., Campinas, v. 22, n. 3, dez. 2013.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1, p. 45-64, Abr. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182007000100003>

DÁVILA-FERNÁNDEZ M, AMADO A. Entre a lei de Thirlwall e a hipótese Prebisch-Singer: uma avaliação da dinâmica dos termos de troca em um modelo de crescimento com restrição no Balanço de Pagamentos. Economia e Sociedade. 2015; 24 (1):87-119. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n1art4>

Domar, E. D. Capital expansion, rate of growth, and employment. Econometrica, Journal of the Econometric Society (1946): 137-147. <https://doi.org/10.2307/1905364>

DOS SANTOS, C. H. ; ZEZZA, G. : A post-Keynesian stockflow consistent macroeconomic growth model: preliminary results, Working papers // The Levy Economics Institute, 2004, No. 402.

Dosi, G.; Pavitt, K.; Soete, L. The economics of technical change and international trade. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1990

Esteves, L. E.; Correia, F.M. Crescimento Econômico e Lei de Thirlwall: uma análise para economias latino-americanas. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA (ANPEC SUL), 12., 2010. Anais. Niterói, ANPEC, 2010.

Fagerberg, J. Why growth rates differ. In: DOSI, G. et al (Org.). Technical change and economic theory. London: Pinter Publishers, 1988.

Fingleton, B.; McCombie, J. Increasing Returns and Economic Growth: Some Evidence for Manufacturing from the European Union Regions. Oxford Economic Papers, January, 1998.

<https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.oep.a028638>

Furtado, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____, C. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1974.

_____, C. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GODLEY, W. LAVOIE M.. Monetary Economics: An Integrated Approach to Credit, Money, Income, Production and Wealth. New York, NY: Palgrave MacMillan, 2007.
<https://doi.org/10.1057/9780230626546>

GOUVEA, R. R.; LIMA, G. T. Mudança estrutural e crescimento sob restrição externa na economia brasileira: uma análise empírica do período 1962-2006 com considerações sobre o II PND. Econ. soc., Campinas, v. 22, n. 1, p. 107-139, Apr. 2013.

Harrod, R F. International Economics. Cambridge University Press, Cambridge, 1933.

HARROD, R. F. An essay in dynamic theory. The economic journal 49.193, 1939: 14-33.

Kaldor, N. Causes of the Slow Rate of Economic Growth of The United Kingdom. Cambridge University Press, 1966.

KALDOR, N. Keynesian economics after fifty years, (1983). In: Essays on Keynesian and Kaldorian Economics. Palgrave Macmillan UK, 2015. 27-74.

Kay, C. Latin American Theories of Development and Underdevelopment. Londres: Routledge, 1989.

Keynes, J. M. The General Theory of Employment, Interest and Money, Macmillan, London, 1936

_____, J. M. A Tract on Monetary Reform. In: The Collected Writings of John Maynard Keynes, v. IV), London: Royal Economic Society, 1971a.

_____, J. M. A Treatise on Money: the Pure Theory of Money. In: The Collected Writings of John Maynard Keynes, v. V), London: Royal Economic Society, 1971b.

LAVOIE, M. Post-Keynesian Economics: New Foundations. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2014.

<https://doi.org/10.4337/9781783475827>

LEMOS, B. P.; OREIRO, J. L. C. Um modelo pós-keynesiano de crescimento e distribuição de renda aplicado à dinâmica das economias capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 3 (28), p. 475-514, dez. 2006.

Missio F.J., Jayme Jr. F.G., CONCEIÇÃO O.A. O problema das elasticidades nos modelos de crescimento com restrição externa: Contribuições ao debate. *Estudos Econômicos* (São Paulo). 2015 Jun;45 (2) : 317 - 46.
<https://doi.org/10.1590/0101-4161201545233ffo>

Moreno-Brid, J.C. Capital flows, interest payments and the balance-of-payments constrained growth model: a theoretical and empirical analysis. *Metroeconomica*, v. 54, n. 2-3, p. 346-365, may. 2003.

OCAMPO, J. A. Raúl Prebisch y la agenda del desarrollo en los albores del siglo XXI, 2001.

PINTO, A. Natureza e implicações da "heterogeneidade estrutural" da América Latina (1970) In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000b. v. 2. p.567-588.

Prebisch, R. (1949) O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000a. v. 1. p. 69-136.

Prebisch, R. Crescimento, desequilíbrio e disparidades, interpretação do processo de desenvolvimento econômico. In: GURRIERI, Adolfo. Raúl Prebisch – O manifesto latino-americano e outros ensaios. Trad. Vera Ribeiro, Lisa Stuart & César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto (1950): 153-246.

PREBISCH, R. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico, (1951). In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000b. v. 1. p.179-216.

Prebisch, R. Hacia una Dinámica del Desarrollo Latinoamericano. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

PREBISCH, R. (1973) Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico. Serie conmemorativa del vigésimo quinto aniversario de la Cepal. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), Ia edição: 1951.

Prebisch, R. Capitalismo Periférico: Crisis y Transformación. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

Prebisch, R. (1982). Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. *El Trimestre Económico*, México, v. 50, n. 198, 1983.

REICHERT H., MARIN S. R., DOS SANTOS C. A. Aspectos Teóricos e Empíricos do Modelo de Thirlwall: Uma relação com a Abordagem Estruturalista. *Revista Economia Ensaios*; 2015. 29(2).

RICARDO, D. *Principles of political economy and taxation* (1817). Reeditado em Londres: Everyman, 1992.

RODRIGUEZ, O. (1977). "Sobre la concepción del sistema centro-periferia", Revista de la CEPAL. Santiago do Chile: Comisión Económica y el Caribe (Cepal), primeiro semestre.

RODRIGUEZ, O. O estruturalismo latino-americano. *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 2009.

ROSTOW, W.W. Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 6^a edição, [1960] 1978.

Schumpeter, J. A. (1934). *The theory of economic development*. Cambridge. MA: Harvard.

SILVA, G. J. C.; SANTOS, J. F. C.; BAPTISTA, L. N. A Lei De Thirlwall Multissetorial Com Fluxos De Capitais: Uma Análise Do Plano Nacional De Exportações (2015-2018) Usando Simulações Computacionais. In: XIX Encontro de Economia da Região Sul (ANPEC SUL), 2016, Florianópolis. XIX Encontro de Economia da Região Sul, 2016.

THIRLWALL, A. P. A Plain Man's Guide to Kaldor's Growth Laws, (1983). In: Essays on Keynesian and Kaldorian Economics. Palgrave Macmillan UK, 2015. 326-338.

_____, A. P. A model of regional growth rate differences on Kaldorian lines, (1975). In: Essays on Keynesian and Kaldorian Economics. Palgrave Macmillan UK, 2015. 286-301.

_____, A. P. Keynes, economic development and the developing countries, (1987). In: Essays on Keynesian and Kaldorian Economics. Palgrave Macmillan UK, 2015. 149-177.

_____, A. P. Talking about Kaldor: An Interview with John King, (1992). In Essays on Keynesian and Kaldorian Economics. Palgrave Macmillan UK, 2015. 352-369.

_____, A. P. Nicholas Kaldor: A Biography, 1908–1986, (1987) In: Essays on Keynesian and Kaldorian Economics. Palgrave Macmillan UK, 2015. 206-243.

_____, A. P. Kaldor's Vision of the Growth and Development Process, (1991). In: Essays on Keynesian and Kaldorian Economics. Palgrave Macmillan UK, 2015. 271-285.

_____, A. P. The Balance of Payments constraint as a explanation of international growth rate differences. Banca Nazionale del Lavoro. Quartely Review, no 128, 1979.

_____, A.; HUSSAIN, M. The balance of payments constraint, capital flows and growth rates differences between developing countries. Oxford Economic Papers, v.34, 1982.

_____, A. P. Balance of payments constrained growth models: history and overview. In Models of Balance of Payments Constrained Growth. Palgrave Macmillan UK. 2012. 11-49

_____, A. P. (2002). A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações. Brasília: Ipea, 2005. 112 p.

_____, A. P.; DIXON, R. A Model of Export-Led Growth with a Balance of Payments Constraint. In J. Bowers (ed), Inflation, Development and Integration: Essays in Honour of A.J. Brown, Leeds: University of Leeds Press, 1979

VERSIANI, F. R. O impacto de Keynes no pensamento econômico latino-americano. Análise Econômica 6.9, 1988.